



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS

CARLOS ANDRÉ SIQUEIRA BRITTO DA SILVA

**AVALIAÇÃO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL
EM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS BRASILEIRAS: O FINANCIAMENTO DE
NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS.**

Orientador: Prof. Dr. LEONIO JOSE ALVES DA SILVA

Recife – PE
2012

CARLOS ANDRÉ SIQUEIRA BRITTO DA SILVA

AVALIAÇÃO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL EM
INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS: O FINANCIAMENTO DE NEGÓCIOS
SUSTENTÁVEIS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Gestão e Políticas Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. LEONIO JOSE ALVES DA SILVA

Recife – PE
2012

Catálogo na fonte
Bibliotecário Tony Bernardino de Macedo, CRB4-1567

S586a Silva, Carlos André Siqueira Britto da.
Avaliação de planos de desenvolvimento local sustentável em instituições bancárias brasileiras: o financiamento de negócios sustentáveis / Carlos André Siqueira Britto da Silva. – Recife: O autor, 2012.
103 f. : il. ; 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Leonio José Alves da Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2012.
Inclui Bibliografia.

1. Desenvolvimento local sustentável. 2. Sustentabilidade. 3. Marketing ecológico. 4. Greenwash. 5. Meio ambiente. 6. Inclusão social. I. Silva, Leonio José Alves da (Orientador). II Título.

363.7 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2012-117)



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Área de Concentração: Gestão e Políticas Ambientais

**AVALIAÇÃO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL
EM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS BRASILEIRAS: O FINANCIAMENTO DE
NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS.**

Carlos André Siqueira Britto da Silva

Data de aprovação: 14/08/2012

Orientador

Prof. Dr. Leonio José Alves da Silva (UFPE)

Examinadores:

Examinador

Prof. Dr. Alex Antonio Peña-Alfaro (UNICAP)

Examinadora

Prof^a. Dr^a. Christine Rufino Dabat (UFPE)

Examinador

Prof. Dr. José Zanon de Oliveira Passavante (UFPE)

Agradecimentos

Agradeço a todos os amigos e colegas que estiveram ao meu lado, pelo convívio, aprendizado, contribuições e valorosas sugestões na elaboração deste trabalho, a minha família que tanto me apoia nos momentos de crescimento humano, ao PRODEMA, que passou, ao longo do curso, uma bonita mensagem de esperança no meio socioambiental, tema fundamental para o futuro dos seres vivos no nosso planeta.

Agradeço também, a generosidade, carinho, amizade e principalmente paciência dos professores, em especial dos professores Alex Antonio Peña-Alfaro e José Zanon de Oliveira Passavante sempre muito prestativos e do professor Leonio José Alves da Silva, que me orientou compartilhando da minha visão do que é o desenvolvimento local sustentável nas instituições bancárias brasileiras.

EPÍGRAFE

O BICHO

Vi ontem um bicho

Na imundície do pátio

Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,

Não examinava nem cheirava:

Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,

Não era um gato,

Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.

(Manoel Bandeira)

RESUMO

O atual modelo gerencial das instituições bancárias está passando por uma grande reforma, priorizando os aspectos sociais e ambientais, onde a mitigação dos danos causados à natureza começa a ser uma realidade. Além disto, os bancos estão percebendo que o movimento ambientalista não é modismo, pois os riscos socioambientais estão provocando na sociedade um processo autocrítico. O marketing ambiental, no momento, é plenamente utilizado para conquistar o cliente-cidadão, que toma suas decisões de compra baseadas, também, na melhoria das condições socioambientais do planeta. Pensando nisso, muitas dessas instituições colocaram entre as suas prioridades a questão do desenvolvimento local sustentável, conceito de desenvolvimento pensado para incluir a participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço, de modo ambientalmente correto, e na distribuição dos frutos vindos do processo de crescimento buscando entender e agir em resposta a uma nova demanda da sociedade, hoje mais consciente em relação à sustentabilidade.

Palavras-chave: sustentabilidade, marketing ecológico, *greenwash*, meio ambiente, inclusão social.

RESUMEN

El actual modelo gerencial de las instituciones bancarias está pasando por una gran reforma, priorizando los aspectos sociales y ambientales, donde la mitigación de los daños causados a la naturaleza empieza a ser una realidad. Además, los bancos percibiendo que el movimiento ambientalista no es modismo, pues los riesgos socio ambientales están provocando en la sociedad un proceso autocrítico. El marketing ambiental, en el momento, es plenamente utilizado para conquistar al cliente ciudadano, que toma sus decisiones de compra basada, también en la mejoría de las condiciones socio ambientales del planeta. Pensando en eso, muchas de estas instituciones pusieron entre sus prioridades la cuestión del desarrollo local sostenible, concepto de desarrollo pensando para incluir la participación de la sociedad local en el planeamiento continuo de la ocupación del espacio, de modo ambientalmente correcto, y en la distribución de los frutos cosechados en el proceso de crecimiento buscando entender y actuar en respuesta a una nueva demanda de la sociedad, hoy más consciente en relación a la sustentabilidad.

Palabras claves: sostenibilidad, marketing ecológico, lavado verde, medio ambiente, inclusión social.

Lista de figuras

Figura 01: Impactos da revolução industrial ao meio ambiente.	22
Figura 02: Pegada Ecológica.	34
Figura 03: Os 6 passos do processo de implementação da Agenda 21.	35
Figura 04: Agenda 21 do Banco da Amazônia.	36
Figura 05: Agenda 21 do Banco do Brasil.	37
Figura 06: Sociedade, Natureza e Economia e o desenvolvimento sustentável.	46
Figura 07: Funções, dimensões e retroalimentação no planejamento regional.	49
Figura 08: Bases de sustentação das iniciativas de desenvolvimento local.	50
Figura 09: Âmbitos de atuação das estratégias de desenvolvimento local.	50
Figura 10: Modelo de Sistema de Gestão Ambiental.	57
Figura 11: Divulgação do DRS do Banco do Brasil.	60
Figura 12: A Caixa e a Sustentabilidade.	66
Figura 13: Sustentabilidade Bradesco.	67
Figura 14: Fundação Amazonas Sustentável.	68
Figura 15: Sustentabilidade no Santander.	69
Figura 16: Sustentabilidade no Itaú Unibanco.	71
Figura 17: Localização do Bairro de Casa Amarela.	81
Figura 18: Boletim Conjuntural Nordeste do Brasil, com projeção.	82
Figura 19: Custo das ações.	85

Lista de quadros

Quadro 01: Bancos brasileiros presentes no ISE.	30
Quadro 02: Declaração dos bancos sobre a importância dos relatórios GRI.	40

Lista de abreviaturas e siglas

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
APLs - Arranjos Produtivos Locais
BASA - Banco do Estado da Amazônia
BB - Banco do Brasil
BNB - Banco do Nordeste
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF - Caixa Econômica Federal
CEP - *Council on Economic Priorities*
DLIS - Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável
DLS - Desenvolvimento Local Sustentável
DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável
FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GRI - *Global Reporting Initiative*
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IFET-PE - Instituto Federal de Pernambuco
ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISO - *International Organization for Standardization*
MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MCF - Mecanismo de Certificação Florestal
ODM - Desenvolvimento do Milênio
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU - Organização das Nações Unidas
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODEMA - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano
SAI - *Social Accountability International*
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

Sumário

Introdução	11
Apresentação, justificativa, problemática, objetivos e metodologia	11
Capítulo 1. Contextualizando historicamente a questão ambiental	17
1. Dos antigos filósofos até a atualidade	17
1.2 A crise ambiental	23
1.3 Instrumentos de sustentabilidade	29
1.3.1 ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial	29
1.3.2 O Protocolo Verde	31
1.3.3 Os Princípios do Equador	31
1.3.4 A Pegada Ecológica	32
1.3.5 A Agenda 21	34
1.3.5.1 A Agenda 21 nos bancos	35
1.3.6 A GRI - <i>Global Reporting Initiative</i>	39
Capítulo 2. Os principais modelos de desenvolvimento	41
2.1 Pequeno histórico	41
2.2 Os conceitos de desenvolvimento local sustentável e suas derivações	48
Capítulo 3. As instituições financeiras e a discussão ambiental	54
3.1 A visão bancária	54
3.2 Os Bancos e o sistema de gestão ambiental: ISO 14000 e AS 8000	56
3.3 O desenvolvimento local sustentável e a sustentabilidade socioambiental nos bancos	59
3.3.1 O Banco do Brasil	59
3.3.2 O Banco do Nordeste – BNB	61
3.3.3 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	63
3.3.4 Banco da Amazônia – BASA	64
3.3.5 Caixa Econômica Federal – CEF	65
3.3.6 Banco Bradesco	66
3.3.7 Banco Santander	68
3.3.8 Banco Itaú Unibanco	70
3.4 DLS, ferramenta de um marketing ecológico dos	71
3.4.1 O uso do <i>greenwash</i> e do marketing ecológico nos bancos	72
3.4.1.1 O <i>greenwash</i> ou maquiagem ambiental	72
3.4.1.2 O marketing ambiental	73
Capítulo 4. A vocação regional do desenvolvimento local sustentável	77
4.1 Os beneficiários dos planos de DLS	77
4.2 Atividade de DLS visitada	80
4.2.1 Caracterização do Bairro de Casa Amarela	80
4.2.2 A atividade de confecção	81
4.2.3 A Atividade segundo as profissionais	82
4.2.4 O plano de DLS na atividade	83
4.2.5 Analisando a entrevista	86
Considerações finais	90
Referências	94

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação é o desenvolvimento sustentável no âmbito local e sua aplicação nas instituições bancárias brasileiras. A reflexão sobre as questões sociais, ambientais e econômicas tem sido uma questão primordial para o entendimento dos muitos paradoxos verificados no atual paradigma de desenvolvimento sustentável predominantemente pensado no modo de produção capitalista. Foi neste foco de raciocínio que esta pesquisa trilhou seus esforços na compreensão da temática ambiental sob o prisma do desenvolvimento local sustentável, numa ótica mais holística (SILVEIRA, 2010).

Uma das principais contribuições dos bancos nesse sentido são as estratégias de negócios voltadas para o Desenvolvimento Local Sustentável, também conhecido pela sigla DLS, que procura estimular a geração de renda por meio do apoio a práticas que valorizam as vocações e potencialidades locais em atividades diversas, focando no fortalecimento negocial, no suporte aos empreendedores (principalmente os micros e pequenos), à agricultura familiar, entre outras atividades, a partir do apoio a atividades produtivas presentes na região.

O desenvolvimento local sustentável nos bancos deve referir-se a estratégias de sustentabilidade, nas quais não seja objetivado somente o desempenho financeiro, mas contemplem também a preocupação com os efeitos sociais e ambientais. Na opinião de Ferrell et al (2000) numa visão onde a questão do lucro é o foco principal nos direcionamentos das organizações financeiras, os planos de DLS são um conceito mais amplo relacionado com as obrigações de uma organização em maximizar seus impactos positivos no aspecto socioambiental, enquanto minimiza seus impactos negativos.

Entretanto, apesar da recente disseminação do discurso da sustentabilidade, grande parte do meio empresarial bancário ainda considera o desenvolvimento local sustentável uma espécie de mal necessário, uma vez que envolve regulações, custos e responsabilidades onerosas. Existe, ainda, um desacordo entre as instituições financeiras quanto ao significado específico e quanto à motivação para a sustentabilidade empresarial. Para algumas instituições, tal sustentabilidade é um mandato moral; para outras, uma exigência

legal ou um custo inerente ao fato de se fazer negócios – um mal necessário para se manter a legitimidade e o direito da instituição funcionar. Algumas poucas empresas têm começado a tratar o desenvolvimento local sustentável como uma oportunidade de negócios, abrindo caminho para a diminuição de custos e riscos, ou até mesmo elevando seus rendimentos e sua participação de mercado por meio da inovação (HART; MILSTEIN. 2004).

Este trabalho tem caráter qualitativo e é também interdisciplinar. Para Edgar Morin (2000), o paradigma disciplinar no ensino clássico prejudica o aprendizado do aluno por não estimular o desenvolvimento da inteligência para a resolução de problemas não estabelecendo conexões entre os fatos e distintos conceitos, ou seja, de pensar sobre o que está sendo estudado. Neste trabalho, não foi objeto de estudo as críticas nem as falhas, verificadas no paradigma do Desenvolvimento Sustentável, como também, a busca de soluções para estas falhas.

Para o autor, o parcelamento e a compartimentação dos vários saberes impedem o aluno de apreender o que está tecido junto (MORIN, 2000). Já a interdisciplinaridade segundo Piaget (1970), pode ser entendida como um intercâmbio mútuo e integração recíproca entre as várias ciências.

O interesse pelo assunto surgiu do contato com os conceitos de desenvolvimento sustentável que ocorreram primeiramente durante a graduação, pelo Instituto Federal de Pernambuco - IFET-PE, no Curso Superior de Tecnologia em Sistema de Gestão Ambiental, depois no MBA em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e por fim no mestrado PRODEMA, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, e foi primordial para escolha desse tema. O mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA trabalha ferramentas essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável, para as mais diversas atividades humanas, e tem a finalidade de formar mestres em Desenvolvimento e Meio Ambiente, uma profissão relativamente nova no mercado que, atualmente, vem ocupar um espaço preenchido por profissionais de várias áreas.

O desenvolvimento sustentável no âmbito local mostra a necessidade de um esforço considerável em relação à seletividade, buscando identificar aqueles

aspectos que, uma vez superados, resultassem em mudanças efetivas nas estruturas sociais da região. Esta decisão é refletida na definição das diretrizes que balizam as linhas de ação propostas num plano de desenvolvimento local sustentável, que deve ter como requisito primordial a construção de uma participação social, acontecendo em todos os momentos da concepção, elaboração e implantação dos Planos, através de um diálogo transparente e, sobretudo, confiável (SUDENE, 2011).

Os planos de DLS nas instituições bancárias devem envolver uma grande quantidade de aspectos, todos interligados de maneira sistêmica. Assim, ainda segundo a SUDENE (2011), não raro os planejadores tentam abarcar toda essa complexidade e produzem ações abrangentes que envolvem diferentes aspectos de forma holística. Para que os projetos de DLS tenham êxito, existe a busca de integrações que resulte em sinergias potencializadas ou criadas entre os três níveis de entes federativos: União, Estados e Municípios, articulando escalas espaciais distintas e complementares de ação, especialmente a escala territorial e a macrorregional. Um bom Plano de DLS deve ser aquele que procura, também, fazer do território o lócus de integração das Políticas Públicas.

Traçou-se, nesta dissertação, um estudo da estratégia negocial de desenvolvimento local sustentável nos bancos brasileiros, que possibilite verificar seus impactos sobre a sustentabilidade e que possa servir como parâmetro para futuras atuações dos próprios bancos, das gestões públicas, das comunidades beneficiadas e demais instituições, sejam elas financeiras ou não.

A realização de um trabalho neste assunto é interessante por fornecer dados que poderão subsidiar o posicionamento de comunidades, após terem contato com o plano de desenvolvimento local sustentável, quanto ao atendimento das suas demandas. Pode também, servir de base para pesquisas comparativas futuras, trabalhos acadêmicos relacionados à gestão ambiental urbana e áreas afins, e possibilitar maior conhecimento do plano de DLS, no tocante à parceria com diferentes atores, verificando a relevância da participação efetiva dele, na sustentabilidade dos projetos de desenvolvimento local.

Outro ponto que torna este trabalho interessante é a escassez de publicações que tratem especificamente da temática do desenvolvimento local sustentável, no meio bancário, tema novo que resulta de uma mudança recente

de pensamento das instituições financeiras e que deve ser aprofundado teoricamente por pesquisas científicas. Um aspecto relevante do desenvolvimento de um estudo nessa área é a possibilidade desse trabalho servir de referência e estímulo para as empresas do setor financeiro que, estando percebendo uma mudança no cenário industrial brasileiro, desejem implantar estratégias de desenvolvimento local sustentável - DLS de forma ética e participativa.

Como problema para este trabalho, pensou-se na seguinte questão: como evoluíram os planos de desenvolvimento, até chegar ao desenvolvimento local sustentável - DLS, nas instituições financeiras estudadas e como se deu sua aplicação em relação ao financiamento de iniciativas em prol da sustentabilidade?

Esse Problema pode levantar a hipótese de que os projetos de sustentabilidade são oportunidades para fazer negócios para as instituições financeiras e há o interesse em promover o acesso ao crédito em prol de atividades sustentáveis.

Objetivos

Geral

Descrever a evolução dos planos de DLS nas instituições bancárias escolhidas, focando no financiamento de negócios sustentáveis, foi levantado num objetivo geral que tem como objetivos específicos os seguintes pontos:

Específicos

- a. Conhecer as diretrizes estabelecidas pelas Instituições bancárias eleitas, relacionadas aos planos de DLS;
- b. Relacionar as principais ferramentas voltadas para a realização de negócios sustentáveis;
- c. Avaliar o histórico dos planos de desenvolvimento até alcançar o DLS;
- d. Gerar conhecimentos sobre a dinâmica da aplicação de um plano de desenvolvimento local sustentável.

Metodologia da pesquisa

Na presente pesquisa foi analisada a atuação das instituições bancárias com destacada influência no cenário nacional. Para sua elaboração utilizou-se, vários procedimentos intelectuais e técnicos para viabilizar a execução deste trabalho. Como delimitação da pesquisa elegeu-se os seguintes bancos: bancos públicos federais brasileiros, a saber: Banco do Nordeste (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Banco do Estado da Amazônia (Basa), Caixa Econômica Federal (CEF) e entre os bancos privados elegeu-se o Banco Bradesco, o Santander e o Itaú / Unibanco. A escolha se deu pela representatividade dos bancos citados na economia do país.

A linha de raciocínio utilizada nesta dissertação foi a da preocupação da descrição direta da experiência tal como ela é. Como o desenvolvimento local sustentável ainda é um conceito complexo, que não está fechado, acredita-se que este raciocínio deva considerar que a realidade não é única, existindo tantas quantas forem as suas interpretações, afinando-se com o conceito de DLS tal como ele é trabalhado nas instituições bancárias estudadas, respeitando as variações e vocações regionais (GIL, 2002).

Quanto à forma de abordagem, segundo Silva e Menezes (2005) optou-se por realizar uma pesquisa de caráter qualitativo. A pesquisa qualitativa foi bastante utilizada para recolher ações dos atores no seu contexto natural, que se opõe a um padrão único de pesquisa onde o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados. Realizou-se a busca de dados diretamente no campo da pesquisa, os bancos estudados, partindo do entendimento que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito.

A título de exemplo para ilustrar o trabalho, a pesquisa buscou uma comunidade que tenha passado pelo processo de um plano de DLS de quaisquer dos bancos estudados, seguindo os seguintes critérios: que estivesse já implementado nos últimos cinco anos, tivesse representatividade em relação ao número de beneficiários, tenha recebido aporte financeiro, apoio para capacitações e variedade de parcerias internas e externas à comunidade, enfim o desejável para um plano de DLS. As consultas às bibliografias também serviram de base e ajudou a definir os pontos de relevância que foram abordados em

entrevista com a líder comunitária. Esses dados foram coletados em várias etapas e focaram na revelação da percepção dos beneficiários do plano de DLS (SILVA; MENEZES, 2005).

Para análise do material obtido nas visitas de campo, foi dada preferência ao procedimento de classificação por categorias, técnica que permitiu diminuir bastante o grande volume de informações conseguidas neste trabalho (CHIZZOTTI, 1991).

A palavra categoria pode ser definida como um conceito que abrange aspectos ou elementos com características comuns, ou que se relacionam entre si. Nesta pesquisa, as categorias são empregadas para se estabelecer classificações e trabalhar com esse proveitoso instrumento, significando agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger todos esses pontos (MINAYO, 1994). Pode-se salientar também que as categorias gerais, trazidas da teoria, servirão de escopo para a análise dos dados de campo e possibilitarão a construção das categorias específicas além da interpretação dos dados.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, segundo Gil (2002), esta pesquisa enquadrou-se, principalmente sob as características da pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica, neste projeto, norteou o escopo do trabalho. Através dela foram selecionados os aspectos relevantes para a pesquisa, por meio da análise de material teórico já existente sobre o tema, além de documentos institucionais, publicações didáticas e publicitárias – de divulgação pública - produzidos pelas instituições financeiras além de material disponibilizado em sítios da internet. Todos os dados colocados na pesquisa são de fontes de domínio público.

Capítulo 1

Contextualizando historicamente a questão ambiental.

1. Dos antigos filósofos até a atualidade.

O sentimento em relação à natureza, muitas vezes, tem sido ambíguo. Apesar de algumas correntes filosóficas buscarem o homem natural, como uma parte integrante da natureza, o que em geral tem predominado no mundo é a relação de superioridade e domínio irrestrito sobre o meio natural.

Na opinião de Thomas (1996), na Inglaterra, durante o reinado dos Tudor, a visão que tradicionalmente dominava era determinada por linhas filosóficas e teológicas de que o mundo fora criado para o bem estar da humanidade e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades. Tal pressuposto fundamenta as ações dessa ampla maioria de homens que não tinham por hábito parar por um instante para refletir sobre esta questão, e, caso os teólogos e intelectuais sentissem alguma necessidade de justificar esta linha geral de pensamento, podiam apelar prontamente para os filósofos clássicos e a Bíblia. Na figura de Aristóteles, a filosofia clássica afirmava que a natureza não fez nada em vão e tudo teve um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens, onde os animais domésticos existiam para o trabalho e os selvagens para serem caçados. Os estóicos também ensinavam esta mesma visão: a de que a natureza existia unicamente para servir os interesses dos homens.

Aristóteles, em *A Política*, dizia que o homem é um animal cívico, sendo mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos e a própria natureza, concedeu apenas a ele o dom da palavra. A mesma ideia de superioridade observa-se quando o filósofo afirma que relativamente aos outros animais, tanto os que se domesticam quanto os que permanecem selvagens (o pior das duas espécies), seria preferível obedecer ao homem; pois seu governo ser-lhes-ia salutar (ARISTÓTELES, 1998).

Esse pensamento que compreende a criatura como um ser à parte nos processos naturais tem raízes antigas. Alguns pontos da tradição judaico-cristã, predominante no mundo ocidental, exaltam, com fundamentações teológicas, a

subordinação dos recursos naturais ao homem. Em Gênesis, por exemplo, pode-se observar o seguinte:

“Abençoou Deus a Noé e a seus filhos e lhes disse: sede fecundos multiplicai-vos e enchei a terra. Pavor e medo de vós virão sobre todos os animais da terra e sobre todas as aves do céu; tudo o que se move sobre a terra e todos os peixes do mar nas vossas mãos entregarei. Tudo o que se move e vive ser-vos-á para alimento; como vos dei os vegetais, tudo vos dou agora.” (Gênesis, IX, 1-3).

Assim o meio ambiente passou, na tradição judaica cristã ocidental, a ser visto, muitas vezes, como um objeto presenteado aos homens, e não uma entidade divina a quem caberia o amor filial. Como presente de Deus, a natureza deveria alimentar os homens e, por sua vez, se sujeitar aos caprichos da humanidade. Refém dos anseios humanos que estariam então libertos de obrigações filiais com a terra a explorariam livremente rezando ao deus único, masculino e transcendental, localizado num mundo de muitas abstrações metafísicas (VIEIRA, 2007).

Para Passmore (1995), no diagnóstico ecológico, isto fica claro: a visão de que as coisas, na sua totalidade, existem para servir o homem fortaleceu e distorceu um modo particular a forma deste homem ver a natureza, não mais como algo a ser respeitado, mas sim como algo a ser utilizado. A natureza passou a não ser, em sentido nenhum, sagrada. Este era um ponto no qual a teologia cristã e a cosmologia grega convergiam. Nenhum objeto natural era sagrado por si mesmo; não havia risco de sacrilégio em derrubar uma árvore, ou matar um animal.

Não existe a menor dúvida de que os homens, as plantas, os animais, a biosfera fazem parte de uma única comunidade, no sentido ecológico da palavra; cada um depende dos outros para continuar a existir. Mas isto não é o sentido de comunidade que gera direitos, deveres, obrigações; homens e animais não são envolvidos numa rede de responsabilidades ou concessões mútuas. Isto é uma das razões pela qual, mesmo na filosofia naturalista, a natureza permanece sendo encarada como uma estranha (PASSMORE, 1995).

Ainda segundo Passmore (1995), relacionada a esta atitude frente à natureza, tem-se também a depreciação da beleza natural como sendo bem inferior a das obras de arte: o sentimento encontrado na literatura clássica e ainda

formulado por Hegel, segundo o qual a natureza só merece destaque quando ela foi transformada num meio manipulado antropicamente como fazenda, num jardim e perdeu sua aparência selvagem, sua “estranheza”. Era um tema recorrente no imaginário cristão que o mundo fora criado como um globo perfeito; a natureza, como se apresenta agora, com suas paisagens naturais seria uma decadente ruína triste, uma recordação melancólica do pecado de Adâmico. Nicolas Malebranche, grande filósofo Francês do século XVII, lamentava que a natureza contivesse formas distintas dos sólidos regulares e esforçava-se ao máximo para promover a transformação da natureza em tais formas, com árvores piramidais e sebes cúbicas. Os seguidores de Hegel, menos fixados na geometria, tinham também certeza de que a natureza era como realmente deveria ser apenas depois que o homem a transformasse, convertendo a natureza selvagem em paisagens domesticadas, ou seja, a conversão do mundo num grande e “belo” jardim.

Quando se fala sobre as duas principais tradições no pensamento ocidental moderno, pode-se colocá-las da seguinte maneira: a primeira, inspirada pelo cartesianismo, prega que a matéria se apresenta inerte, passiva e que a relação do homem com ela é de total domínio, transformando-a, mudando sua aparência; não tendo a matéria em si, nenhum poder de resistência ou tipo de ação. A outra tradição, de inspiração hegeliana, defende que a natureza só existe potencialmente, para que seja efetivada e convertida em algo humano por meio da arte, ciência, filosofia ou tecnologia, em alguma coisa na qual o homem possa sentir-se completamente à vontade, não lhe sendo algo estranho ou distante, um espelho no qual ele possa ver refletida a sua própria imagem. O homem, segundo este outro ponto de vista, completaria o universo, não só pelo fato de estar nele, como sugere a Gênese judaico-cristã, mas realmente ao contribuir para fazê-lo (PASSMORE, 1995).

Mais recentemente, na Idade Moderna, o Iluminismo ou Ilustração, movimento intelectual e cultural filosófico de caráter burguês, ocorrido no século XVIII, possuía, predominantemente, como eixo central um racionalismo extremado além de ter algumas linhas de pensamento que estimulavam o individualismo, uma visão antropocêntrica do mundo e utilitarista da natureza

Nesse período se promoveu a acentuação das diferenças entre o meio natural e o meio humano, colocando-os em situação de oposição.

Essa filosofia recai no paradigma mecanicista, muito combatida por Capra (1982), um dos maiores propagadores da visão holística, do grego “holos” significando inteiro, integral, o todo. Para ele a visão da realidade se baseia na consciência do estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos: os físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Infelizmente, o modelo predominante na nossa sociedade, atualmente, ainda é o mecanicista que possui como características principais os seguintes pontos:

- visão cartesiana e reducionista do universo como um sistema mecânico composto de blocos e construção elementares;
- visão mecanicista do corpo (corpo máquina);
- visão da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência;
- concepção antropocêntrica e utilitarista da natureza e dos seres vivos;
- crença exagerada na Ciência e tecnologia como capazes de fornecer progresso material ilimitado, a ser obtido através do crescimento econômico e tecnológico.

Segundo Thomas (1996), Descartes via aos animais como desprovidos de alma por estes não demonstrarem qualquer comportamento que não pudesse ser atribuído ao mero impulso natural, entretanto, seus seguidores foram mais além. Declaravam que os animais não sentem dor; o gemido de um cão que apanha, para os cartesianos, não constituiria prova de sofrimento animal, assim como o som de um órgão não atesta que o instrumento sente dor quando tocado. Os uivos e contorções de um bicho seriam apenas reflexos externos, sem relação alguma com qualquer sensação interior. O cartesianismo, na visão dos teólogos, acabava por “absolver” Deus da acusação de ser o injusto causador de dor às bestas inocentes, ao permitir que os homens as maltratassem e, também, justificava o predomínio do homem, ao libertá-lo, como Descarte afirmava, de “qualquer suspeita de crime, por mais frequentemente que pudesse comer ou matar os animais”.

Conforme Foster (2005), no paradigma da ecologia de Marx, tendo como marco a regressão teórica das últimas décadas, a visão marxista do desenvolvimento foi criticada como “economicista”, sem preocupações como o desenvolvimento social e com a preservação da natureza. O caminho da reconciliação do desenvolvimento com a ecologia não é o de enxertar a teoria verde em Marx ou Marx nas teorias ambientais, o que não produziria nenhuma síntese convincente. Segundo o autor se o filósofo Epicuro descobriu a alienação dos homens no processo de trabalho, Marx sintetizou os conhecimentos sociais e naturais numa filosofia revolucionária que busca a transcendência da alienação em todos os seus aspectos: “um mundo de liberdade humana e ecológica racional” apoiado na sociedade de produtores associados e emancipados.

Na visão engeliana, as implicações da linha de pensamento seguidas por Malthus são tais que, como só os pobres são excedentes, nada se deve fazer por eles senão facilitar o mais possível a sua fome, convencê-los de que ela é inevitável e que a única salvação para toda a classe deles é manter a propagação no grau absolutamente mínimo. Onde, todos aqueles que propunham ou a melhoria das condições de vida dos pobres ou uma sociedade futura caracterizada por uma melhoria mais geral estavam, no entender de Malthus, simplesmente negando a necessidade inexorável do vício e da miséria como fatores de controle de população (FOSTER, 2005).

A Revolução Industrial, nas suas várias “ondas”, mudou profundamente, por conta das novas tecnologias, o processo produtivo nos aspectos socioeconômico. Iniciou-se na Inglaterra do século XVIII, e no século XIX, estava presente em todo o mundo deixando o trabalho humano numa conflituosa relação com o capital. Para Toffler (1980), a Revolução Industrial derrubou as sociedades antigas, demoliu todas as instituições do passado e modificou o modo de vida de milhões. Segundo Almino (2003), foi neste momento histórico que se intensificou a degradação ambiental, ajudada pela mentalidade capitalista dominante na sociedade de então.

O século XX acaba num cenário de crise geral mundial: o modo de produção capitalista estendeu-se a todo o planeta e sujeita progressivamente ao domínio da mercadoria todas as atividades humanas, mas, sem dúvida pela primeira vez na sua história, produz importantes degradações simultâneas que

dizem respeito à natureza e aos ecossistemas gravemente atingidos ou ameaçados pelo esgotamento de certos recursos não renováveis e por poluições de toda a espécie. A origem desta crise ecológica é sem dúvida o modo de desenvolvimento industrial conduzido sem outro critério de julgamento que não seja a rentabilidade máxima do capital investido, mas cuja legitimidade era assegurada pela ideologia segundo a qual o crescimento da produção e do consumo era sinônimo de melhoria do bem-estar de que todos os habitantes do planeta beneficiariam a mais ou menos longo prazo (FOSTER, 2005).

Para Morin (2000), pode-se dizer que isso ainda hoje ocorre, porque há uma inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez são mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários. Em tal situação, acabam por torna-se invisíveis os conjuntos complexos; as interações e retroações entre partes e todo; as entidades multidimensionais e os problemas essenciais.

No entanto, segundo Toffler (1980), vive-se a era da informação onde se há maior divulgação de informações gerando mais conhecimento dos riscos ambientais fazendo os cidadãos e as sociedades pressionarem empresas e governos em objetivando uma melhor qualidade ambiental, além de produzirem grandes conferências ambientais. A figura 01 mostra a questão dos fatores por trás do dano ambiental.



Figura 01: Impactos do paradigma industrial ao meio ambiente.

Fonte: Toffler, 1980.

1.2 A crise ambiental.

[...]

Como se pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Tal ideia é estranha. Nós não somos donos da pureza do ar ou do brilho da água. Como pode então comprá-los de nós? Decidimos apenas sobre as coisas do nosso tempo. Toda esta terra é sagrada para o meu povo. Cada folha reluzente, todas as praias de areia, cada véu de neblina nas florestas escuras, cada clareira e todos os insetos a zumbir são sagrados nas tradições e na crença do meu povo.

Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver. Para ele um torrão de terra é igual ao outro. Porque ele é um estranho, que vem de noite e rouba da terra tudo quanto necessita. A terra não é sua irmã, nem sua amiga, e depois de exauri-la ele vai embora. Deixa para trás o túmulo de seu pai sem remorsos. Rouba a terra de seus filhos, nada respeita. Esquece os antepassados e os direitos dos filhos. Sua ganância empobrece a terra e deixa atrás de si os desertos. [...]

(Trecho da carta do chefe Seattle).

O nosso planeta em perigo é realmente o triste resultado da falta de reconhecimento do homem com a natureza. Num contraponto, o resto da natureza é um grande exemplo de equilíbrio, pois nos diversos ecossistemas que definem o Planeta Terra, cada criatura possui o seu papel. O sistema fica incompleto se apenas mesmo um único elemento é omitido ou está deficiente, seja ele um mineral, um vegetal, ou um animal e infelizmente, por conta da depredação humana este sistema se desequilibra (LAITMAN, 2009).

As relações sociais capitalistas originam tendências de comportamento com o meio ambiente que lhe são particulares. Um olhar superficial pode não ver esta especificidade, pois o resultado geral da poluição e depredação abrange todas as sociedades humanas independentemente de sua especificidade histórica, diferindo, entretanto, tanto na causa, quanto na forma, amplitude e ritmo com que se apresentam. A produção capitalista implica na produção ilimitada e o crescimento ilimitado da sua produção seria a causa de uma poluição e depredação também ilimitadas e segundo alguns autores, de uma sobre-capacidade de carga do Planeta, mas esta tendência ilimitada à produção não é uma consequência natural da espécie humana, mas sim particular da produção

capitalista. É claro que a teoria econômica neoclássica e keynesiana têm se encarregado de divulgar que o ser humano tem necessidades ilimitadas, mas isto nunca foi demonstrado, pelo contrário, tanto a história econômica quanto a antropologia têm mostrado este equívoco (FOLADORI, 1999).

Ainda segundo Foladori (1999), a produção ilimitada é resultado direto de uma organização econômica que gira em torno de lucro, e não da satisfação das necessidades. Por isso, é impossível entender sem um estudo da dinâmica econômica da sociedade capitalista. Nunca existiu organização econômica na história da humanidade que gere população excedente como algo natural e necessário. Esta restrição que exercem as classes possuidoras ou proprietárias sobre as despossuídas não tem comparação nas outras espécies de seres vivos.

Para Mézaros (2002), esta lógica de devastação é fruto de uma incontrobilidade do capital no sistema atual, mas já percebido desde a época de Marx, que está em colapso e procura saídas para se manter e para isto lança mão de artifícios cada vez mais destrutivos. Um exemplo desta situação é a adoção da produção de mercadorias com reduzida taxa de utilização, aumentando assim os resíduos que contaminam a terra e aumentando a voracidade com que se utilizam os recursos do planeta.

Nesse período de globalização neoliberal, a crença nas virtudes de um mercado que estabelece ordem no mundo, fazendo com que a metáfora do mercado se encontre com a metáfora do meio ambiente, prometendo equilíbrio e harmonia, mas, na verdade, convertendo toda política ambiental à lógica econômica com sua linguagem matemática – do dinheiro e da quantidade, tornando a escassez dos elementos da natureza o seu fundamento teórico. Um exemplo, a água no que é enquanto existente em abundância, uma riqueza ou dádiva e fonte inesgotável, naquilo que se transforma quando da sua escassez – um bem econômico, uma commodity (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Para Schmidt (1977), em “El Concepto de La Naturaleza em Marx”, Marx já na maturidade, acentua a ceticidade dele em relação ao homem lograr uma emancipação definitiva do meio natural. Na medida em que ocorre o desenvolvimento humano, aumentam-se as necessidades naturais, pois também se ampliam suas próprias necessidades, expandindo-se ao mesmo tempo as forças produtivas que a satisfazem. Haveria assim, uma natural necessidade de

um intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza. Isto pode ser visto como um reconhecimento da existência de leis naturais onde o homem não exerça uma subjugação do material natural.

Como se vê, o desafio ambiental é mais complexo do que vem sendo posto no debate midiático e, até mesmo científico. Requer uma profunda reflexão de caráter filósofo para entender o sentido do nosso tempo, o sentido da vida. Na formação do mundo moderno, herdeiro do colonialismo, fica evidente a devastação dos recursos naturais e a violência contra os que não possuem uma cultura globalizada. É claro o desprezo pelos conhecimentos em nível local e regional, sobretudo nas regiões carentes do mundo, isto sem falar nos etnocídios, ecocídios (expressão que pode ser usada para fazer referência a qualquer destruição em larga escala do meio ambiente ou à sobre-exploração de recursos não renováveis) e genocídios, que ocorrem cotidianamente no mundo. Vive-se na era da “idade mídia”, em certo sentido, uma verdadeira idade média, pois os meios de comunicação, de maneira geral, noticiam as coisas de modo extremamente seletivo e unilateral e pode-se, portanto considerar que a escala com que se analisam as notícias não é neutra, sendo uma expressão da hegemonia dos protagonistas que operam nesta escala, afinal são as questões colocadas por estes protagonistas que acabam pautando o debate. A chamada aldeia global é, assim, editada (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A opinião de Castro (2002), embora emitida em 1964, continua atual, quando ele afirma que uma das questões mais verificadas e efetivas das tensões sociais largamente encontradas no Brasil é o desequilíbrio econômico e, como seu resultado, as desigualdades sociais ou porque não dizer socioambientais.

Este grande desnível, na opinião do autor, constitui um dos maiores perigos para a paz que existe entre os países economicamente desenvolvidos de um lado, e os países insuficientemente desenvolvidos do outro. O citado desnível vem se acentuando de modo cada vez mais rápido, intensificando, assim, os conflitos sociais, políticos, ideológicos e ambientais, e gerando insegurança.

Um problema mais urgente que o homem tem tentado solucionar é o caráter predatório sempre presente nas civilizações. Segundo a opinião de Furtado (1996), o mundo físico tem sido constantemente agredido e degradado em várias ocasiões de forma irremediável. O poder econômico tem sido o grande vilão do

planeta, pois quantas formas de vida, com material genético indispensável para nos conhecermos melhor e até mesmo fonte de produtos ainda nem conhecidos pelo homem, não sucumbiram no processo?

Tem-se vivido nas últimas décadas uma fase crescente de autodestruição. A criatividade humana para destruir é imensa. As armas nucleares, químicas e biológicas possuem tal poder aniquilador que somente com uma pequena porcentagem delas pode-se danificar de forma significativa à biosfera, podendo acabar por eliminar definitivamente o homem da terra.

Neste ritmo, a espécie humana já ocupa mais de 80% do planeta, explorando para seu proveito uma gama enorme dos recursos naturais. Vive-se uma fase de voracidade desses recursos, numa proporção tão grande, que se depredam os ecossistemas a ponto da terra já ter superado em 20% sua capacidade de suporte e regeneração, fazendo do homem um refém do seu próprio modelo de civilização depredadora e consumista, o qual é adotado pela maioria dos países desenvolvidos do primeiro mundo, demandando três planetas semelhantes ao nosso (BOFF in TRIGUEIRO, 2003).

Observa-se em Furtado (1996) a crença que os países desenvolvidos têm traçado diretrizes em cima de uma política de desenvolvimento econômico, na qual se pretende evitar o crescimento no padrão de consumo mundial, pois a acessibilidade da grande massa dos chamados países do terceiro mundo às mesmas condições dos países ricos provocaria escassez dos recursos da terra em um curto espaço de tempo. Essa idéia é fruto de uma ideologia industrial burguesa possuidora dos estigmas do mito do progresso.

A visão economicamente distorcida da realidade onde se põe a acumulação como prioridade, excluindo daí o contexto social, traz consequências graves. As grandes metrópoles possuem cidadãos com problemas respiratórios por conta de seu ar poluído, criminalidade crescente por falta de oportunidades no mercado de trabalho, corrupção e burocracia dos serviços públicos, jovens perdidos na sua função social e grandes impactos ambientais, causados pelos resíduos industriais sem tratamentos, como por exemplo, lançamentos de emissões e efluentes em meios impróprios, trazendo uma grande degradação à natureza (FURTADO, 1996).

A modernidade teve como projeto primordial, buscar tornar o homem um ser autônomo, à parte da natureza. A maior expressão disto, apesar de não ser a única, é o conhecimento científico racionalista, a filosofia niilista e algumas correntes da teologia contemporânea voltadas totalmente para uma linha imanentista e historicista (PEÑA-ALFARO, 2010).

Porto-Gonçalves (2005) chama a atenção da questão da visão do meio ambiente como mercadoria. O autor cita o exemplo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), um instrumento de incentivo financeiro para o abatimento da emissão e sequestro de gases estufa (principalmente CO₂), desenvolvido no âmbito do Protocolo de Kyoto. Apesar de ainda estar sendo regulamentado, o MDL já está sendo aplicado em projetos-piloto em países em desenvolvimento, como o Brasil. O MDL é considerado pelo Capital como sendo “uma excelente oportunidade” de captação de investimentos externos, viabilizando projetos ambientalmente sustentáveis, com benefícios econômicos e sociais imediatos, como aumento do emprego e da renda familiar.

Nas contradições das soluções liberais de troca de dívidas por natureza, se dá por meio, principalmente, do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL e do Mecanismo de Certificação Florestal – MCF, por exemplo, porque o que se vê, no fundo, é um grande negócio – neoliberalismo ambiental, feito à revelia das populações locais sem reconhecimento dos direitos coletivos e patrimoniais dessas populações que detêm conhecimentos ancestrais. O MCF tem o inconveniente de não distinguir as florestas das áreas plantadas, considerando ambas como florestas. Não distingue também as florestas temperadas e as florestas tropicais como se fossem iguais em condições de manejo. Há outro problema muito relevante levantado por Porto-Gonçalves: o mercado é seletivo e quer as espécies economicamente lucrativas, estimulando assim a monocultura. O Brasil parece ser um campo bastante fértil para estas ideias (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Com nova roupagem, está ressurgindo o iníquo esquema financeiro conhecido como “troca de dívida por natureza” (debt for nature swap), segundo a qual seriam permitidas as trocas de dívidas de países com o governo dos EUA por investimentos em projetos envolvendo a conservação de florestas tropicais, mas com a ingerência e supervisão de funcionários norte-americanos e ONGs

escolhidas a dedo. A aparente vantagem "financeira" dos países-alvo, dentre os quais o Brasil desponta como preferencial, seria uma desdolarização de uma parte ínfima de suas dívidas externas. Os interesses "ecológicos" dos bancos baseiam-se no fato de que, se as trocas de dívida por natureza forem implementadas em grande escala, permitiria a troca de dívidas desvalorizadas e impagáveis - "moeda-podre" - por colaterais "preservados" representados por territórios ricos em recursos naturais. Apesar de que os interesses da oligarquia financeira não teriam - ao menos inicialmente - acesso direto a tais recursos, a terra "preservada" poderia na prática servir como garantia para os acionistas e investidores dos bancos (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A dimensão ambiental do desenvolvimento tem evoluído do antagonismo entre a preservação e a ação produtiva para um paradigma integrador, focado na sustentabilidade, concentrando-se nas questões em que a exclusão social se manifesta na forma de "exclusão ambiental". Nesses casos, a divisão do ônus da poluição não ocorre de maneira equitativa, obrigando aqueles mais pobres a arcar com os maiores custos advindos da degradação ambiental, pelo menos numa perspectiva mais imediata (SUDENE, 2011).

A devastação ambiental e suas consequências para a humanidade vêm sendo amplamente estudadas por todos aqueles interessados na preservação do planeta. Porto-Gonçalves (2006) discute a natureza do processo de globalização e as contradições que ele gera no campo ambiental, mostrando as estratégias de poder que estão em jogo na geopolítica da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável, além de novas formas de dominação que não só prolongam e intensificam os processos anteriores de apropriação destrutiva da natureza como, ao desvalorizá-la dentro de códigos do mercado globalizado, levam à destruição de sua organização ecológica, à transgenia que invade e transmuta tecnologicamente a vida e à erosão das práticas culturais de significação, convivência e solidariedade. Trata-se de uma política que, segundo o autor, possui o discurso de desenvolvimento sustentável, mas busca naturalizar o processo de economização do mundo e de mercantilização da natureza. Diante desses desafios da crise ambiental, e a partir de uma perspectiva teórica crítica e renovadora, o autor abre o pensamento para as ações que conduzam ao processo de construção de sociedades sustentáveis.

O conceito de sustentabilidade integra os campos da conservação e manutenção do meio ambiental, exigindo para isso avanços científicos e tecnológicos que aumentam a capacidade destes campos, bem como a exploração de forma limitada, ordenada e com impactos mínimos à natureza. O limite da exploração poderia ser dado através dos estudos sobre dinâmica populacional, ciclos reprodutivos, suportabilidade. A idéia de manejo dos recursos renováveis implica reconhecer a interação entre as formas de vida que ali estão para manter a capacidade vital dos biomas terrestres (BARBIERI, 2001).

Acredita-se que o desenvolvimento sustentável, apesar de haver várias críticas ao seu modelo, deva levar a uma melhoria na qualidade de vida social, econômica e ambiental, respeitando os limites de capacidade dos ecossistemas. Também deve ser voltado para uma economia conservacionista dos recursos naturais e utilizar os recursos renováveis de acordo com sua capacidade de reprodução, reduzindo ao máximo o desperdício e desenvolvendo novas tecnologias para esse fim.

1.3 Instrumentos de sustentabilidade.

Problemas ambientais surgiram como pesadelo nos sonhos de progresso tido pelos teóricos de décadas passadas. Do panorama exposto podem ser retirados fatos, possíveis de análises, que podem servir de experiências para um planejamento de um melhor sistema econômico planetário. Ainda não existe um consenso na comunidade científica mundial acerca de um instrumento que abarque uma avaliação completa da sustentabilidade, mas várias propostas têm surgido de modo global.

1.3.1 ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial.

Segundo a BM&FBOVESPA S/A, Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, o ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial - iniciado em 2005, é uma ferramenta para análise comparativa do desempenho das empresas sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada na eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa, medindo o retorno

total de uma carteira teórica composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial.

É uma iniciativa pioneira na América Latina, que busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações. A BM&FBOVESPA é o órgão máximo de governança do ISE e tem como missão garantir um processo transparente de construção do índice e de seleção das empresas sendo a responsável pelo cálculo e pela gestão técnica do índice. Para fazer parte do ISE, as empresas devem apresentar um alto grau de comprometimento com a sustentabilidade e a responsabilidade social. O poder do ISE é comprovado pela sua representatividade, pois tem alcançado sempre índices superiores de rentabilidade (BM&FBOVESPA, 2012). A seguir tem-se o quadro 1, que mostra os bancos brasileiros presentes no ISE.

Quadro 1: Bancos brasileiros presentes no ISE.

BCO ABC BRASIL S.A.	ABC BRASIL
BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	ALFA INVEST
BCO AMAZONIA S.A.	AMAZONIA
BCO BRADESCO S.A.	BRADESCO
BCO BRASIL S.A.	BRASIL
BCO BTG PACTUAL S.A.	BTGP BANCO
BCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	CRUZEIRO SUL
BCO DAYCOVAL S.A.	DAYCOVAL
BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. - BANESE	BANESE
BCO ESTADO DO PARA S.A.	BANPARA
BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	BANRISUL
BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	BICBANCO
BCO INDUSVAL S.A.	INDUSVAL
BCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.	MERC INVEST
BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	MERC BRASIL
BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.	NORD BRASIL
BCO PANAMERICANO S.A.	PANAMERICANO
BCO PATAGONIA S.A.	PATAGONIA
BCO PINE S.A.	PINE
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	SANTANDER BR
BCO SOFISA S.A.	SOFISA

Fonte: BM&FBOVESPA, 2012.

1.3.2 O Protocolo Verde.

O Protocolo Verde, lançado no Brasil no ano de 1995 reuniu os principais bancos públicos federais brasileiros, a saber: Banco do Nordeste (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Banco do Estado da Amazônia (Basa) e Caixa Econômica Federal (CEF). Mais recentemente houve a adesão dos grandes bancos privados do país ao Documento, que vincularam a liberação dos montantes de crédito ao cumprimento de vários critérios socioeconômicos e ambientais. Estas condições de concessão muito mais favoráveis de juros, taxas, prazos e outras oportunidades aos grandes clientes agregada à responsabilidade socioambiental é um dos pontos altos do protocolo.

O Protocolo Verde tem como objetivo, incluir a questão ambiental no deferimento de créditos e no cotidiano das instituições, além de alcançar padrões próximos aos internacionais nesse quesito. Nesse protocolo, os bancos assumiram a tarefa de promover a análise de risco ambiental em suas operações e procedimentos internos. Dessa forma, esses bancos brasileiros passaram a tomar maior contato e conhecimento dos riscos ambientais envolvidos no desenvolvimento de projetos. Outro ponto favorável visa a imagem das instituições financeiras ligada a implantação dos princípios do acordo. Muitos bancos já publicam na Internet os seus balanços de sustentabilidade (RIBEIRO, 1998).

1.3.3 Os Princípios do Equador.

Os Princípios do Equador são uma ferramenta do sistema financeiro internacional que objetiva a incorporação dos valores de responsabilidade social e sustentabilidade nas negociações de concessão de crédito, como uma forma de integrar o econômico e o socioambiental. A princípio, o objetivo principal dos Princípios do Equador era evitar que os projetos financiados trouxessem prejuízos ao meio ambiente e/ou fossem socialmente irresponsáveis. Atualmente, tem-se o paradigma de não apenas evitar um resultado negativo, mas também agregar um caráter socioambiental positivo (PASCOWITCH; BORBA, 2006).

Ainda segundo os autores, Pascowitch e Borba (2006) os Princípios do Equador consistem num conjunto de regras socioambientais a serem seguidas na concessão de crédito em financiamentos de projetos com valor acima de US\$ 50 milhões. No Brasil as instituições bancárias seguidoras são: Santander, Banco Bradesco, Banco do Brasil e Banco Itaú/Unibanco. O processo de financiamento tornou-se mais transparente, nestes Bancos, pois as instituições devem apresentar relatórios sobre a implementação dos Princípios, assim como um levantamento de quantos projetos, áreas de atuação e categorias estão sendo avaliados. As regras de avaliações se compõem da proibição de financiamento de projetos que utilizem trabalho escravo ou infantil, compensação financeira para populações afetadas, prevenção e acompanhamento de impacto ambiental, proteção às comunidades indígenas, entre outros.

Ao financiar projetos de empresas potencialmente poluidoras ou que possam causar algum tipo de dano ao meio ambiente, mesmo recebendo em garantia da operação bens imputáveis, as instituições financeiras correm riscos de ter os fluxos de caixa prejudicados, e até mesmo, a imagem perante a sociedade e investidores, desgastada, além de serem co-responsabilizadas por estes danos. Ao aplicar as normas constantes nos Princípios do Equador, os bancos brasileiros podem contribuir para a preservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que protegem o patrimônio, ao não financiar projetos potencialmente causadores de danos ambientais ou ao solicitar aos mutuários adequações, para diminuir os danos causados e reduzir os riscos potenciais. Para as instituições financeiras do Brasil, a adoção aos princípios permite a manutenção de uma imagem de empresa social e ambientalmente responsável, além da adoção de padrões reconhecidos mundialmente (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2008).

1.3.4 A Pegada Ecológica.

A Pegada Ecológica é uma ferramenta, bastante utilizada atualmente, de avaliação que representa o espaço necessário para sustentar um determinado sistema ou unidade. Trata-se de um instrumento que contabiliza os fluxos de matéria e energia que entram e saem de um sistema econômico, convertendo-os

em área correspondente de terra ou água existentes na natureza para sustentar a todo esse sistema (DIAS, 2002).

Na opinião de Pereira (2008), a Pegada Ecológica vem sendo promovida mundialmente como um indicador de sustentabilidade ambiental, podendo ser usado para aferir e gerenciar a utilização dos recursos através da economia. Origina-se do termo inglês *ecological footprint*, referindo-se à quantidade de terra e água necessárias para sustentar as gerações atuais, levando-se em conta os recursos materiais e energéticos gastos por certas populações. Uma das suas vantagens é o apelo intuitivo e didático e junto com o desenvolvimento contínuo da metodologia e, esse tipo de apelo, tem levado a um crescimento de seu uso, tanto nacionalmente, como regional, municipal e até individual, buscando resolver a mesma questão: qual a disparidade entre a oferta de recursos da natureza e a demanda imposta pelas atividades antrópicas sobre o ambiente?

A medida em si busca descrever o tamanho do impacto de uma população ou atividade sobre natureza, porém sua implicação para políticas públicas e planejamento vem sendo amplamente reconhecida, levando diversos países e municípios a coloca-la em prática e a monitorar suas agendas de desenvolvimento sustentável. Apesar dos pontos negativos, (a maior parte delas relacionada com as simplificações da Pegada Ecológica na forma de medir a sustentabilidade do consumo e com a visão antropocêntrica) a Pegada Ecológica já ocupa lugar de destaque em vários relatórios de grupos ambientais (*World Wildlife Fund, Greenpeace*) e de setores governamentais relacionados a programas que visam estabelecer metas de uma economia sustentável. Em 2007, a Suíça, por exemplo, realizou estimativas de sua Pegada Ecológica através de seu órgão oficial de estatísticas e pretende incorporá-la como método oficial em seus planos de desenvolvimento sustentável. Na grande maioria das vezes, uma população tecnologicamente avançada possui maior pegada ecológica do que a de uma população subdesenvolvida, conforme mostra a figura 2 (PEREIRA, 2008).

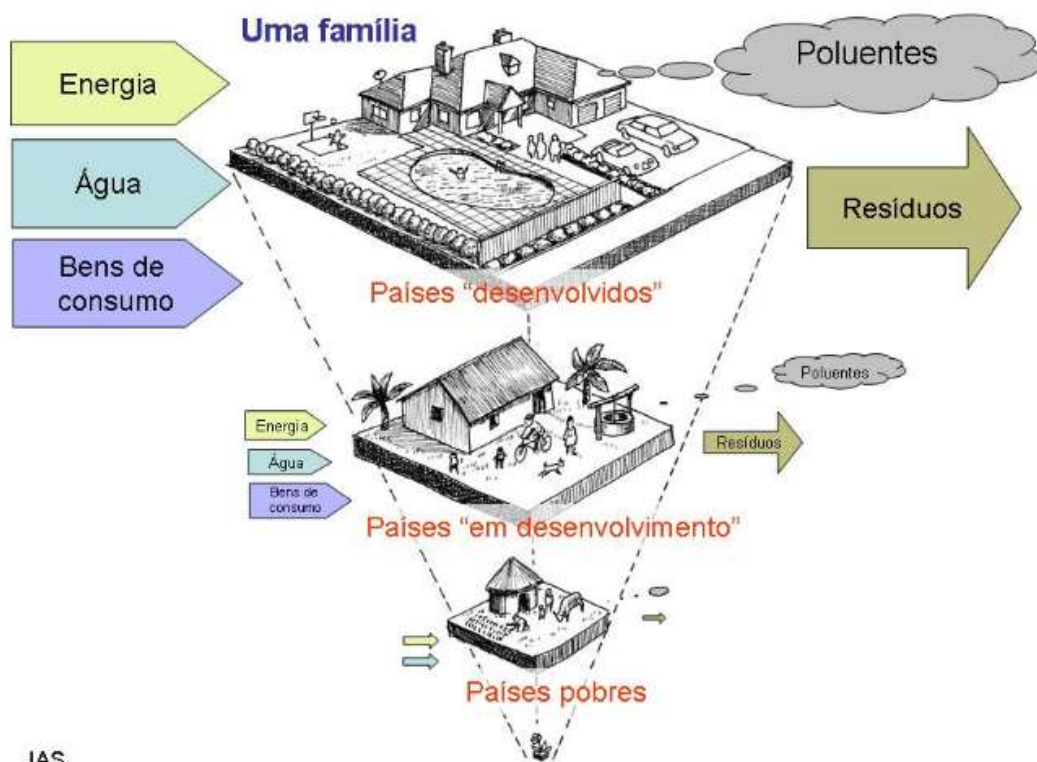


Figura 2: Pegada Ecológica.

Fonte: <http://eu-calipto.blogs.sapo.pt/14702.html>

1.3.5 A Agenda 21.

A Agenda 21 foi fruto da conferência Eco-92 e é um documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer no estudo de soluções para os problemas sociais e ambientais. A busca por novas tecnologias, de acordo com a Agenda 21, como as saudáveis protetoras do meio ambiente, visa usar os recursos naturais de forma mais segura e mais eficiente que as atuais. Outros pontos importantes são: a substituição dos recursos não renováveis pelos renováveis, eliminação de substâncias tóxicas, redução da poluição e produção mais limpa, contribuindo assim para ampliar a sustentabilidade dos sistemas naturais, pois se houver cuidados desde o princípio do processo industrial até a fase de acabamento, minimizam-se os efeitos desagradáveis dos resíduos industriais (BARBIERI, 2001). A figura 3 mostra os principais passos para implantação da Agenda 21.



Figura 03: Os 6 passos do processo de implementação da Agenda 21.

Fonte: Brur, 2012.

1.3.5.1 A Agenda 21 nos bancos

Devido a sua importância como ferramenta para se chegar a um desenvolvimento local sustentável, a Agenda 21 foi incorporada a alguns bancos. No Banco da Amazônia e no Banco do Brasil a Agenda 21 já está totalmente implantada e no Banco do Nordeste, está em conclusão. Verificou-se que o antigo banco Real possuía um esboço da Agenda, mas aparentemente não foi levada adiante pelo Banco Santander, comprador do Banco Real.



Figura 04: Agenda 21 do Banco da Amazônia.

Fonte: www.basa.com.br/bancoamazonia2

O Banco da Amazônia lançou sua Agenda 21, visando compartilhar com o público interessado os compromissos, as conquistas e os avanços realizados em prol do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. Através dessa iniciativa a empresa planeja induzir o desenvolvimento sustentável na Amazônia ao longo do séc. XXI. O documento apresenta os compromissos firmados, especialmente aqueles realizados junto ao Ministério do Meio Ambiente com a adesão ao Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, os desafios a serem vencidos e as contribuições do Banco para a consecução da Agenda 21. A ideia central dos compromissos firmados no documento busca aliar o crescimento econômico-financeiro com a redução das desigualdades sociais na região, por meio de melhorias na infraestrutura, integração social, avanços na sustentabilidade da agricultura; além de orientar as ações do Banco para satisfazer às necessidades do cliente, em especial aqueles empenhados em adotar práticas de Desenvolvimento Sustentável em seus negócios.

Assim o Banco da Amazônia, como agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Amazônia, atua na promoção do desenvolvimento local sustentável, valorizando as potencialidades regionais

por meio de ações estratégicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população e redução das desigualdades intra e inter-regionais. O Banco entende que intenções e desejos corporativos de práticas sociais, ambientais e econômico-financeiras sustentáveis, são insuficientes para induzir o modelo de desenvolvimento que a Amazônia e o Planeta necessitam. É preciso, sobretudo, a incorporação de ações efetivas de sustentabilidade em todos os negócios realizados pela instituição bancária.

Já no Banco do Brasil, para apoiar a disseminação da postura de sustentabilidade nos negócios, foi realizada, em junho de 2005, a primeira Oficina de Responsabilidade Socioambiental do BB reunindo 60 executivos de, todas as áreas da empresa, para refletir sobre os impactos sociais e ambientais resultantes de suas atividades e também sobre as oportunidades negociais que podem ser geradas, bem como sobre a contribuição do Banco para o desenvolvimento sustentável no Brasil, a partir de uma visão ampla de responsabilidade socioambiental. O resultado do evento foi a criação da Agenda 21 do BB em alusão à Agenda 21 Global. A Agenda 21 do BB foi estruturada em três eixos: Negócios com foco no Desenvolvimento Sustentável, Práticas Administrativas e Negociais com Responsabilidade Socioambiental e Investimento Social Privado. O desenvolvimento das iniciativas do BB em cada um dos eixos é fruto do compromisso das Diretorias e Unidades do Banco e têm contribuído para a disseminação da postura de responsabilidade socioambiental no Conglomerado. O resultado dessas ações é apresentado em relatórios anuais (BUARQUE; TAVARES, 2008).

A sociedade pede produtos e serviços voltados especificamente para as questões sociais e ambientais e exige, cada vez mais, que as instituições financeiras avaliem os possíveis impactos à sociedade e ao ambiente decorrentes de suas atividades. Nenhuma empresa escapa dessa exigência, nem os bancos que devem controlar e fazer frente aos riscos, diretos e indiretos, inerentes à utilização de seus créditos (BUARQUE; TAVARES, 2008)

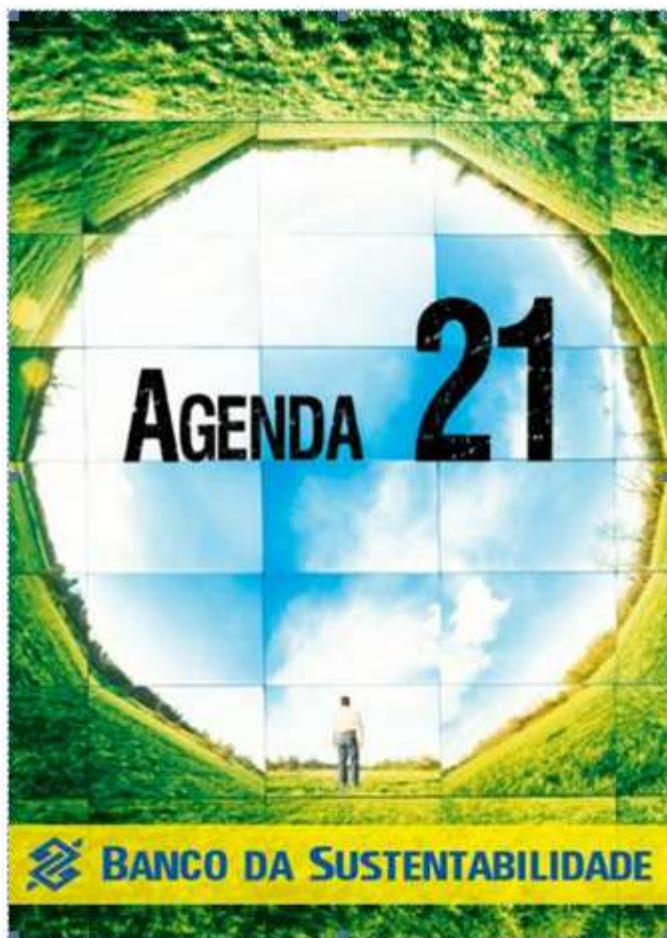


Figura 05: Agenda 21 do Banco do Brasil.

Fonte: www.agenda21empresarial.com.br

Portanto, qualquer ação, como é o caso da Agenda 21 nos bancos, visando melhorar as condições socioambientais de uma região deve ter como origem um esforço permanente e articulado de educação ambiental em todos os níveis. Assim a utilização, de forma sustentável, dos recursos naturais em uma região deve apoiar-se nas informações e conclusões de instrumentos de natureza diversa, que permitam conhecer tanto as potencialidades quanto às fragilidades de cada bioma específico de forma que se possa extrair de cada um o limite de sua contribuição para o desenvolvimento regional evitando-se o seu esgotamento e permitindo que continuem a constituir um ativo a ser utilizado pelas gerações seguintes (SUDENE, 2011).

1.3.6 A GRI - *GLOBAL REPORTING INICIATIVE*.

A GRI – *Global Reporting Initiative* - com sede em Amsterdan - Holanda é uma rede independente e foi criada para proporcionar uma “linguagem comum” que pudesse ser aplicada por todos os tipos de organizações, sendo usada como referência um grande número de acordos e normas internacionais. A Estrutura da GRI coloca as organizações em um mesmo nível, o que ajuda a discutir e comparar seu desempenho de sustentabilidade e é o modelo de maior credibilidade no cenário internacional. As Diretrizes da GRI (2012) utilizam como referência, sempre que possível, regulamentos e normas internacionais geralmente aceitos, entre os quais:

- Artigo 15 dos Princípios do Rio;
- Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e seus Protocolos;
- Convenção das Nações Unidas: Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos;
- Convenção das Nações Unidas: Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;
- Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, 1998;
- Declaração de Viena e Programa de Ação;
- Declaração Tripartite da OIT Sobre Empresas Multinacionais e Política Social;
- Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais;
- Princípios do Pacto Global;

Os benefícios para os bancos que elaboram e divulgam seu relatório GRI são muito vantajosos. Na gestão corporativa das organizações financeiras, o relatório pode apresentar um diagnóstico das principais fortalezas e debilidades no que diz respeito ao seu desempenho socioambiental, sendo assim, uma oportunidade de inovação e melhoria de desempenho. Outra vantagem diz

respeito á imagem pública dos bancos, pois o relatório GRI é a oportunidade de transparência, melhoria da reputação, aumento da fidelidade e motivação e apesar de não ser uma certificação, os benefícios da elaboração e divulgação do relatório de sustentabilidade pela GRI são bastante parecidos (INSTITUTO ETHOS, 2011). O quadro 2, a seguir, aponta algumas declarações dos bancos sobre a importância dos relatórios GRI.

Quadro 2: Declaração dos bancos sobre a importância dos relatórios GRI.

Banco Santander	Temos consciência de que nosso negócio é um agente fundamental de desenvolvimento econômico. Sabemos que temos um importante papel a desempenhar na construção de um mundo mais sustentável. Para atingir esse objetivo, temos lançado um novo olhar para as nossas atividades. Em todas as nossas decisões, buscamos o lucro como resultado de uma construção coletiva e que respeite a sociedade e o meio ambiente.
Bradesco	As ações de Responsabilidade Social fazem parte do conjunto de estratégias do Bradesco, expressam um compromisso de todos os seus colaboradores e atendem às modernas exigências de sustentabilidade corporativa. O Bradesco afere permanentemente a eficácia de suas práticas e o valor gerado para os públicos a que se destinam. Além disso, há uma preocupação constante em avaliar as novas demandas e buscar formas de atendê-las.
Banco do Brasil	O engajamento do Banco do Brasil com os princípios de responsabilidade socioambiental é parte de nossa tradição. Como um dos principais agentes do desenvolvimento econômico e social do País, o Banco impulsiona a economia e o desenvolvimento dos municípios onde atua ao financiar a agricultura familiar, o agronegócio, o comércio exterior, as micro e pequenas empresas, entre outros.
Banco Itaú	Para o Itaú Unibanco, sustentabilidade é a manutenção dos negócios no curto, médio e longo prazos, para uma entrega perene de valor às partes interessadas. O Itaú Unibanco está construindo sua estrutura de governança de sustentabilidade a partir das experiências das instituições que lhe deram origem. Até o momento da associação, Itaú e Unibanco possuíam estratégias e visões de sustentabilidade similares, com ênfase na geração perene de valor, no compromisso com o desenvolvimento sustentável e no relacionamento transparente com os públicos envolvidos ou afetados por suas operações.

Fonte: Cantanhede et al. Pág. 06, 2010. Adaptado.

Capítulo 2

Os principais modelos de desenvolvimento

2.1 Pequeno histórico

Um tipo de desenvolvimento, que começou de forma mais ampla com a Revolução Industrial foi o desenvolvimento capitalista. Visto duma perspectiva histórica, ele produziu, de fato, uma melhora do nível de vida não só dos capitalistas, mas de grande parte da classe trabalhadora. Isso ocorreu por causa da conquista dos direitos políticos pelos trabalhadores e, sobretudo pelas mulheres. A persistente queda da mortalidade geral e infantil é um indicador seguro desta melhora, que sem dúvida apresenta muitos outros aspectos, dos quais o ‘consumismo’ é dos mais controvertidos, o que não nega o caráter progressista do desenvolvimento capitalista, apesar de seus efeitos deletérios sobre os explorados e ainda piores sobre os que não o são por falta de emprego (SINGER, 2004). Não que o sistema socialista seja ambientalmente mais saudável, pois basta lembrar-se do Mar de Aral, do rio Volga e da usina nuclear de Chernobyl para esta teoria cair por terra.

Ainda segundo Singer (2004), uma característica marcante do desenvolvimento capitalista é que ele não é para todos. Os consumidores, de modo geral, podem até se beneficiar dele à medida que enseja a produção de novos bens e serviços que satisfazem suas necessidades (criadas ou reais), além de baratear a maioria dos bens e serviços pré-existentes, graças ao aumento da produtividade do trabalho, entretanto o desenvolvimento capitalista é seletivo, tanto social como geograficamente. Parte dos trabalhadores perde suas qualificações e seus empregos e muitos deles são lançados à miséria. Além disso, o desenvolvimento se dá em certos países e não em outros, e dentro dos países, em certas áreas e não em outras. Os moradores das áreas que se desenvolvem são beneficiados, os que moram nas demais são excluídos.

A consciência ambiental começou a aumentar em meados dos anos 70, segundo Foladori (2001), dando-se através do somatório dos impactos locais e globais, geradores da crise ambiental. Nesta época a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – conceituou o

chamado desenvolvimento integrado como sendo um processo total, multirrelacional e que inclui todos os aspectos da vida coletiva e das suas relações com o resto do mundo e de sua própria consciência.

O desenvolvimento integrado se propôs a trazer programas de desenvolvimentos num espaço mais local ou regional devendo seus programas serem sustentáveis. Na opinião de Acsehrad (2001), esta sustentabilidade objetiva dar durabilidade ao desenvolvimento, com uso racional dos recursos naturais, ou seja, colocando a discussão ambiental no viés das políticas locais, trabalhadas juntas por organizações sinérgicas.

Ainda na década de 1970, foi proposto o modelo do desenvolvimento endógeno, onde o crescimento deveria ser visto como um produto das forças econômicas endógenas aos sistemas de mercado descentralizados, onde a economia poderia atingir um equilíbrio de crescimento perpétuo por meio das suas forças internas. Neste sentido, fatores como a inovação tecnológica endógena, maximizando os lucros, o capital humano, a política governamental e a organização da sociedade civil, passariam a assumir um papel crucial no crescimento contínuo da renda. Insere-se aí o papel exercido pelos atores sociais que comandam as políticas de desenvolvimento de economias (CARVALHO; SILVA FILHO, 2001).

Dentre as grandes conferências mundiais, que serviram para sensibilizar e direcionar o mundo para uma maior consciência da dimensão dos problemas ambientais, a de Estocolmo, em 1972, teve um grande destaque. Ela é considerada um marco histórico e político no mundo por ter sido a primeira conferência global direcionada para as questões ambientais.

Das ideias surgidas da Conferência de Estocolmo, originou-se a Comissão Brundtland, nome pelo qual ficou conhecida a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas em 1983, constituída com o objetivo de avaliar os resultados de Estocolmo e que teve como produto final, o Relatório Nosso Futuro Comum, divulgado em 1987. Para Patrícia Mousinho (in TRIGUEIRO, 2003), foi aí que ficou consagrada, em nível internacional, a definição de desenvolvimento sustentável como sendo aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas.

Na verdade, segundo a autora, trata-se de um novo modelo de desenvolvimento em processo de construção, que surge no final do século XX, como resposta ao esgotamento de um modelo que a Rio-92 descreveu como sendo ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto.

Esse modelo de desenvolvimento pode ser compreendido como um esforço do sistema capitalista para evitar seu colapso. Os paradigmas desenvolvimentistas sempre se apresentaram de forma desastrosa para os recursos naturais e o termo “desenvolvimento sustentável” parece promover algo contraditório. No entanto, é uma proposta que apesar das suas dificuldades, parece possuir seu mérito, por ser, até agora, uma das que mais se preocupou com a aplicação de medidas mitigadoras, otimização das fontes energéticas, minimização de perdas, moderação do consumo e a reciclagem de materiais.

O desenvolvimento sustentável com todas as suas controvérsias alertado por Barbieri (2001), e apesar de ser definido, muitas vezes, de acordo com interesses ocasionais, ao menos está fazendo com que as sociedades repensem a sustentabilidade ambiental e tentem transformar seus estilos de vida.

Portanto, promover o desenvolvimento sustentável, seria, na essência do seu conceito, ajudar as populações envolvidas a se organizarem, a se educarem, para que repensem seus problemas, identifiquem suas necessidades e os recursos potenciais para receber e realizar um futuro digno a ser vivido conforme os postulados de justiça social e prudência ecológica (BREDORIAL; VIEIRA, 1998).

No entanto, não se pode dizer que é um modelo isento de problemas e críticas, pois como explicita Diegues (1992), ele não leva em conta somente a técnica, mas, sobretudo a política, com dimensões não claramente explicitadas no Relatório Brundtland, e diz respeito às visões de vários grupos sociais, com interesses distintos a respeito do acesso e uso dos recursos ambientais. Além disso, o Relatório não leva em conta as várias contradições internas ocorridas nos países em desenvolvimento, como, por exemplo, o uso do espaço, que os impedem de atingir o desenvolvimento sustentável.

O Desenvolvimento Sustentável, precisa ser tratado como um instrumento para trazer o crescimento tanto em países industrializados como em

subdesenvolvidos, apesar de todas as suas contradições, e deve ser pensado abrangendo as dimensões: ambiental, sociocultural, econômica e política.

Segundo Bredorial; Vieira (1998) numa visão mais capitalista, o ambiente é resultado da organização do processo de transformação dos recursos naturais (produto) com o objetivo de gerar qualidade de vida para o homem e lucros. O desenvolvimento sustentável passa então a se definir como um processo criativo de transformação do meio ambiente, com a ajuda de técnicas ecologicamente prudentes concebidas em função das potencialidades deste meio, impedindo o desperdício dos recursos e cuidando para que esses sejam empregados nas satisfações das necessidades reais de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos socioculturais.

A partir da Eco 92, a ONU criou um órgão que posteriormente foi transformado na ONG Earth Council, com sede na Costa Rica. Sua missão foi de elaborar a Carta da Terra, uma declaração universal para orientar a humanidade a caminhar com o desenvolvimento sustentável e criar uma ética globalizada, um código de conduta para pessoas e nações rumo à sustentabilidade, que fosse capaz de refrear o consumismo predatório dos países ricos e eliminar a escassez extrema, não só de alimentos, como de educação, oportunidades, informação e meios de sobrevivência básicos (GONÇALVES, 2011).

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro reserva, ao mesmo tempo, grande perigo e grande esperança. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos nos juntar para gerar uma sociedade sustentável global fundada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade de vida e com as futuras gerações.

(CARTA DA TERRA, 2000).

A humanidade industrializada dos anos 70 observou grandes desastres ambientais e poluição exacerbada, como ocorria na cidade paulista de Cubatão. Este temor em relação à poluição acabou por gerar as diretrizes, ainda que básicas, para o zoneamento industrial. Milaré (2009). cita a Lei 6.803, de 02/07/1980, onde já aparece uma preocupação com o desenvolvimento sustentável logo no Art. 1º, que fala do zoneamento urbano para instalação de indústrias, compatibilizando as atividades industriais com a proteção ambiental

O curioso é que nem sempre o Brasil levantou a bandeira ambientalista. Um episódio curioso citado por Viola; Reis (1992) mostra o governo brasileiro, em 1972, em Estocolmo, como líder do bloco de 77 países, chamados então de subdesenvolvidos, que se posicionaram de modo contrário as problemáticas ambientais mais debatidas na época – a poluição e a explosão demográfica. Era época da ditadura militar a visão do governo era a de que os problemas ambientais eram originados da pobreza, e que o combate à pobreza teria mais prioridade do que a redução da poluição na atmosfera.

Segundo Milaré (2009), de fato, neste período o Brasil atingiu altos níveis de crescimento econômico sem preocupar-se com salvaguardas ambientais. Esta agressão à natureza começa a mostrar seus efeitos e a cobrar seu preço: desertificação de áreas dos pampas gaúchos, do Paraná e do nordeste, grandes ravinas na Serra do Mar, doenças como a leucopenia, a asbestose, a intoxicação por agrotóxicos, metais pesados como o mercúrio, além de rios poluídos e secas prolongadas, só para citar alguns exemplos.

A posição defendida pelo Brasil, na Conferencia de Estocolmo, refletia o pensamento que os ditos subdesenvolvidos da época tinham: todos teriam o direito de crescer economicamente mesmo que o preço fosse o de uma grande degradação ambiental. Felizmente, pode-se dizer que esta posição foi mudando e o Brasil evoluiu até chegar a uma das mais avançadas legislações ambientais do planeta, apesar de muitas vezes não conseguir aplicá-la com eficiência.

Questões dessa natureza têm levado as sociedades a discutirem cada vez mais a problemática ambiental, buscando trazê-la para a vida cotidiana. Segundo Crespo (in TRIGEIRO, 2003), isso começou a acontecer no Brasil, de forma tímida nos últimos 30 anos, quando se começou a pesquisar sobre a poluição em São Paulo, tema recém-descoberto pela sociedade urbana, que sentia os efeitos

colaterais da industrialização, tidos naquela época, como sinônimo de desenvolvimento. A Figura 6, a seguir, mostra a relação entre a sociedade, natureza, economia e o desenvolvimento sustentável.



Figura 6: Sociedade, Natureza e Economia e o desenvolvimento sustentável.
Fonte: Pereira, 2008.

Na Rio-92, uma das maiores conferências, promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU, já realizadas no planeta para discutir a questão ambiental, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, foi elaborada a Agenda 21, guia indispensável para o desenvolvimento sustentável, possuindo princípios de uma estratégia mundial para alcançar os seguintes objetivos:

- manter os processos ecológicos essenciais e os sistemas naturais vitais necessários à sobrevivência do ser humano;
- preservar a diversidade genética;
- assegurar o aproveitamento sustentável das espécies e dos ecossistemas que constituem a base da vida humana.

Assegurar as necessidades das futuras gerações, ponto crucial das ideias do documento, é o objetivo da conservação do meio ambiente, levando em conta a sua capacidade renovadora e respeitando os limites da sustentabilidade dos ecossistemas explorados (BARBIERI, 2001). O Desenvolvimento Sustentável, tão difundido nos dias de hoje, precisa ser tratado como um instrumento para trazer o crescimento tanto em países industrializados como em subdesenvolvidos, apesar de todas as suas contradições, e deve ser pensado abrangendo as dimensões: ambiental, sociocultural, econômica e política.

Em termos de legislação, levando-se em conta as últimas décadas, tem-se destaque o ano de 1981, quando foi editada a Lei n. 6.938/81, que foi responsável por estabelecer, pela primeira vez a Política Nacional de Meio Ambiente, incorporando e aperfeiçoando a legislação já existente e instituindo o Sistema Nacional do Meio Ambiente (MILARE, 2009). Para Fiorrilo (2010), esta Lei representou um grande impulso na tutela dos direitos metaindividuais e em 1985, tem-se a edição da Lei 7.347, trouxe o aparato da ação civil pública, que agia sempre que houvesse lesão ou ameaça, também, ao meio ambiente.

A Constituição de 1988, segundo Milaré (2009), pode ser classificada como “verde” tamanho é o destaque dado à proteção ao meio ambiente. Ela consagrou de forma nova a existência de bem que não é nem público e muito menos privado, estruturando uma composição para tutelar os valores ambientais, reconhecendo as suas características próprias, separando-os dos sentidos de posse e de propriedade, ou seja, reconhecendo-lhe os seus direitos difusos (FIORILLO, 2010).

Fiorillo (2010), também salienta que na Carta Magna de 1988, o desenvolvimento sustentável não é deixado de lado, aparecendo explicitamente no caput do art. 225, quando fala da imposição ao Poder Público e à coletividade de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

Assim, no final da década de 1980, verifica-se, com mais frequência, novos paradigmas de desenvolvimento, surgindo então o conceito de desenvolvimento local, integrado e sustentável que seria, segundo Fischer (2002), uma utopia mobilizadora no início da década de 1990, quando chegaram ao Brasil, inspirados nos modelos de intervenção e gestão vividos em cidades europeias e americanas,

as práticas de intervenção orientadas para o desenvolvimento de cidades e regiões, de caráter associativo que se propõem a melhorar as condições de vida e democratizar a sociedade local.

2.2 Os conceitos de desenvolvimento local sustentável e suas derivações.

A questão da definição do que seria desenvolvimento local sustentável é muito complexa, pois envolve distintos elementos locais / regionais. Para Rist (2002), o fato de haver dificuldades em se chegar a definições precisas não torna o conceito inexistente ou até mesmo utópico.

Um fator primordial nos modelos de desenvolvimento local sustentável é a sua construção. Para Lima-Andrade (1997), que elege o paradigma centrado na perspectiva de baixo para cima, esta construção deve ter critérios alternativos de destinação de fatores, convertendo os princípios da rentabilidade extrema, pelos da mobilização responsável de recursos.

Deve também, ainda conforme Lima-Andrade (1997), critérios alternativos de intercâmbio de produtos, substituindo o princípio predominante de vantagens comparativas, pelo de benefícios obtidos pelos mini e médios comércios, uso de tecnologias intensivas em mão-de-obra, objetivando formas específicas de organização social e econômica com destaque para a organização territorial e uma mudança no conceito de desenvolvimento, que abranja metas sociais mais amplas, com uma motivação endógena.

Segundo Boisier (1989), para muitos, os processos de desenvolvimento podem ser considerado como essencialmente vindos de forças e mecanismos exógenos à região; dependendo principalmente do planejamento das políticas macroeconômicas, do critério que guia a alocação de recursos entre as regiões e da demanda externa. Para o autor, pelo contrário, o processo de desenvolvimento local deve ser considerado, principalmente, como a internalização do crescimento e, em consequência, como de natureza essencialmente endógena. A figura 7, a seguir, esquematiza o processo de retroalimentação do planejamento regional, tendo como centro o meio ambiente.

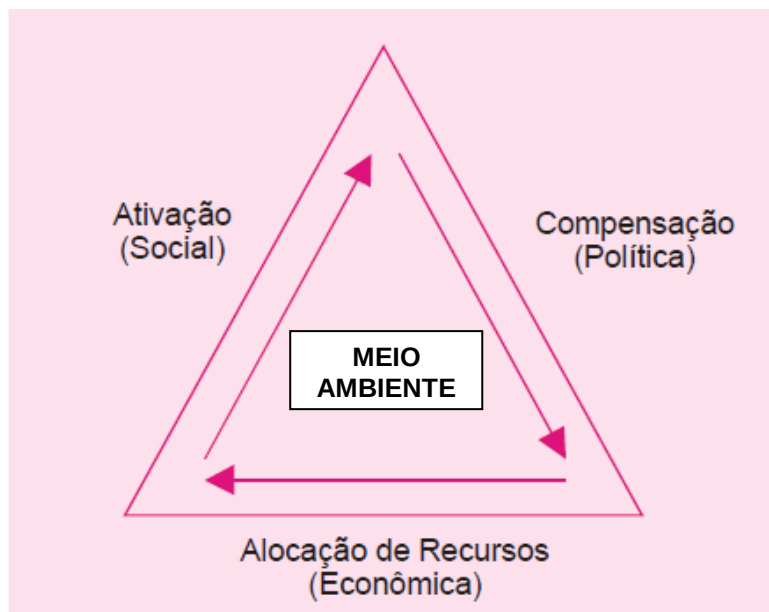


Figura 7: Funções, dimensões e retroalimentação no planejamento regional.

Fonte: Boisier, 1989. Adaptado.

Assim, desenvolvimento não seria somente um conceito, mas sim uma trama de conceitos que muitas vezes estão ligados a adjetivos como local, regional e sustentável moldando-se, constantemente, a interesses distintos e as mais variadas intenções (FISCHER, 2002).

Pensar em desenvolvimento regional é antes de tudo, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos vindos do processo de crescimento (SOUZA-LIMA; OLIVEIRA, 2003). Claro que são também de suma importância, os grandes projetos voltados para desenvolvimento sustentável vindos de cooperações internacionais, dos bancos de desenvolvimento, fundações, entre outras propostas.

A produção social do espaço possui profundos rebatimentos nas questões socioambientais por ser o espaço geográfico um elemento significativo nas relações conflituosas de apropriação da natureza. Ao evidenciar as injustiças socioambientais, os estudos dos conflitos socioambientais demonstram que o capitalismo, apesar da modernização que trouxe à sociedade e de incorporar muitas vezes no seu discurso a “sustentabilidade”, ainda está muito distante dos

pressupostos humanos do verdadeiro desenvolvimento sustentável, seja ele em âmbito global ou local (SILVEIRA, 2010). Abaixo, as figuras 8 e 9, mostrando os processos para chegar ao desenvolvimento local.

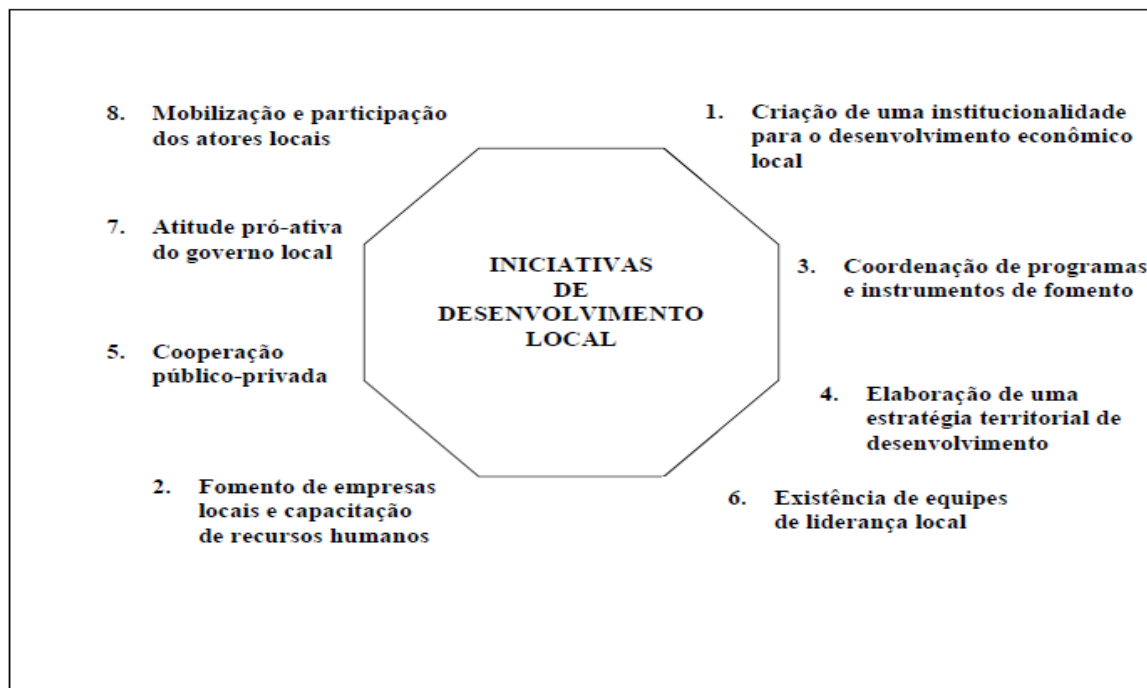


Figura 8: Bases de sustentação das iniciativas de desenvolvimento local.

Fonte: Zapata, 2007.

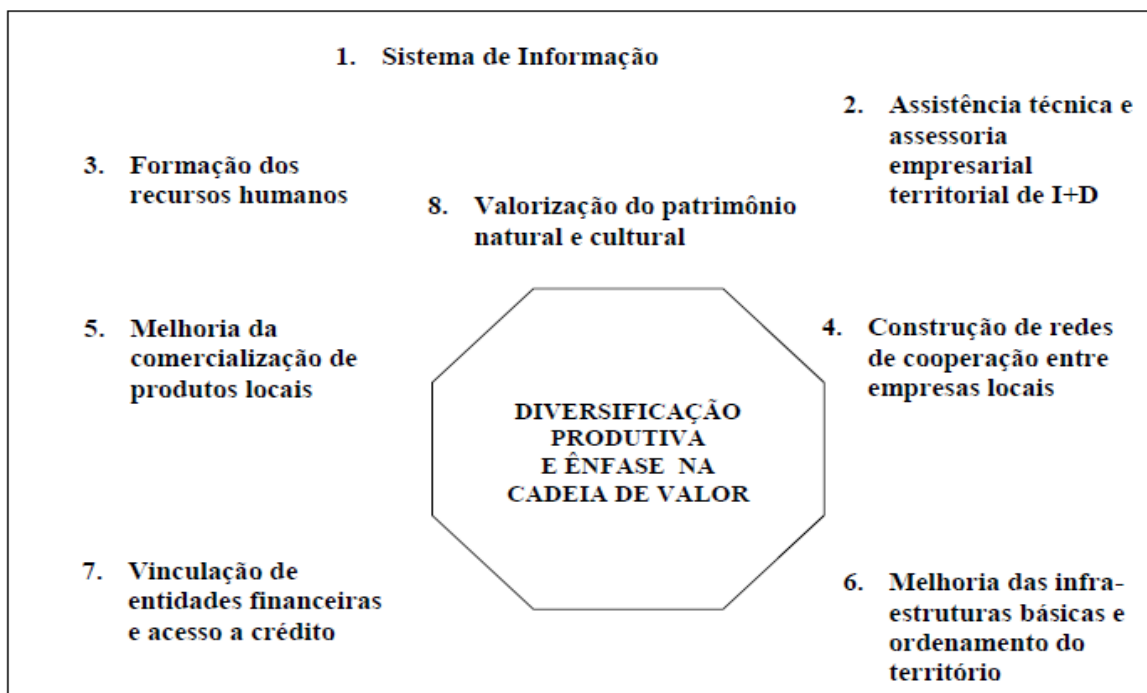


Figura 9: Âmbitos de atuação das estratégias de desenvolvimento local.

Fonte: Zapata, 2007.

Em termos gerais, vale ressaltar que o conceito de desenvolvimento local sustentável requer as atividades humanas inseridas dentro de determinados limites ecológicos suportados pelo planeta. Para tanto algumas premissas precisam ser consideradas, tais como a equidade inter e intra-gerações, o envolvimento democrático para tomada de decisões relacionadas ao bem estar social e a integração de preocupações econômicas, ambientais e sociais em atos de tomada de decisão das instituições financeiras. Juntas, estas premissas representam uma modificação considerável para as atividades econômicas das organizações financeiras, bem como para a sobrevivência das mesmas (MUNCK; SOUZA, 2010).

As instituições financeiras precisam compreender que ações por um desenvolvimento sustentável devem ser tomadas a nível local, com profundo conhecimento das demandas, necessidades e limitações da região. Assim, a decisão participativa seria também um pré-requisito para o desenvolvimento local sustentável. A tomada de decisão que leva a isto deve envolver todos os agentes do desenvolvimento de modo equânime. A preocupação por um desenvolvimento durável deve ser um processo endógeno às comunidades, não podendo ser proposto (e muito menos imposto) por agentes externos. Assim, é muito importante que todos esses estejam fortemente representados nas esferas de decisão dos programas de DLS e que as relações entre esses agentes não permita manifestarem-se diferenças de poder entre eles (ARAUJO, 2003).

O resultado que se espera alcançar num plano de DLS, segundo o BB (2006), é o desenvolvimento sustentável em âmbito local, com a redução do analfabetismo a eliminação do trabalho infantil e do trabalho forçado, a capacitação profissional, o acesso à informação e à informatização, entre outros. Assim, um plano de DLS propõe-se a:

- favorecer o acesso ao crédito;
- fortalecer os micro e pequenos empreendedores;
- gerar trabalho e renda, promovendo assim a inclusão social;
- solidificar o associativismo e o cooperativismo;
- contribuir para a melhora dos indicadores de qualidade de vida;
- promover uma auto-gestão sustentável.

O desenvolvimento local, integrado e sustentável acabou por formar a sigla DLIS, que foi uma denominação ampla para diversos tipos de processos de desenvolvimento local, na década de 1990 e início dos anos 2000, cujos protagonistas das ações de desenvolvimento, nessa perspectiva, são governos, empresas, comunidades organizadas e redes produtivas. O interessante a respeito do DLIS, é que este conceito de desenvolvimento foi usado tanto pelos entusiastas da predominância do fator econômico, quanto pelos defensores da visão de desenvolvimento mais sistêmica.

Derivando-se do DLIS, verifica-se uma nova linha chamada de desenvolvimento competitivo, onde as estratégias possuem uma vertente mais econômica, embora tenha no seu arcabouço um discurso predominantemente, “local, integrado e sustentável”. Para Llorens (2001), os principais componentes das iniciativas de desenvolvimento local nesta perspectiva mais competitiva seriam voltadas para um desenvolvimento mais equilibrado territorialmente, estimulando iniciativas de desenvolvimento local, além de promover a geração de emprego e renda; o estímulo a polos institucionais, econômicos, sociais, políticos e culturais; implantação de infraestruturas básicas; capacitação do capital humano e criação de sistemas de informações locais, mitigando assim a pobreza e desenvolvendo e impulsionando o potencial local.

Outra linha que aparece na vertente do DLIS é a perspectiva do desenvolvimento solidário ou alternativo. Segundo Singer (2004), este tipo de desenvolvimento fomenta forças produtivas e novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social. É realizado por comunidades pequenas, associadas, ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado por valores de cooperação e ajuda mútua entre pessoas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados.

Ainda na opinião de Singer (2004), os empreendimentos solidários possuem uma tendência a defender do meio ambiente e o bem-estar dos consumidores e a opor-se a tecnologias que possam ameaçar a biodiversidade, a saúde do consumidor e/ou a autonomia dos produtores. O desenvolvimento almejado deve gradativamente tornar a relação de forças entre empreendimentos

que não visam apenas os lucros e os que assim o fazem, sendo mais favorável aos primeiros. Quando a economia solidária, formada por empreendimentos individuais e familiares associados e por empreendimentos que sejam autogeridos, predominar, o sentido do progresso tecnológico possivelmente será outro, pois deixará de ser produto da competição intercapitalista para atingir a satisfação de necessidades consideradas prioritárias pela maioria.

Segundo o conceito utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2011), o desenvolvimento humano, é aquele que leva as pessoas no centro do desenvolvimento, aumentando suas possibilidades e potenciais. Em 1990, o PNUD introduziu universalmente a definição de desenvolvimento humano, partindo do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além da visão puramente econômica e considerar três dimensões básicas: renda, saúde e educação. "As pessoas são a verdadeira riqueza das nações", foi a premissa do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH, que com sua riqueza de dados e abordagem inovadora para medir o desenvolvimento, causou um grande impacto nas reflexões sobre o tema no mundo todo.

Tendo como base o Índice de Desenvolvimento Humano – o IDH, que é um marco comparativo usado para classificar os países segundo o seu grau de desenvolvimento humano, os relatórios de desenvolvimento humano possuem dados e análises relevantes para agenda global e abordam questões e políticas públicas colocando as pessoas no centro das estratégias de enfrentamento aos desafios do desenvolvimento. O PNUD tem mostrado uma perspectiva global aliada à visão local do desenvolvimento humano, promovendo à equidade gênero e raça, os direitos humanos, a redução das desigualdades regionais, o fortalecimento dos princípios de governança democrática e o desenvolvimento de capacidades individuais, institucionais e societárias (PNUD, 2011). Percebe-se assim a vocação do desenvolvimento humano em servir como um instrumento de gestão, voltado para o desenvolvimento.

Capítulo 3

As instituições financeiras e a discussão ambiental.

3.1 A visão bancária

A crescente ascensão das degradações ambientais advindas do atual modelo de produção, gerando também problemas sociais, demonstram que os paradigmas de gerenciamento institucionais estava merecendo uma modificação substancial, na qual os aspectos sociais e ambientais também fossem prioridades.

Apesar da recente disseminação do discurso da sustentabilidade, grande parte das instituições financeiras ainda considera o desenvolvimento sustentável uma espécie de mal necessário, uma vez que envolve regulações, custos e responsabilidades onerosas. Existe, ainda, um desacordo entre as instituições quanto ao significado específico e quanto à motivação para a sustentabilidade. Para algumas instituições, tal sustentabilidade é um mandato moral; para outras, uma exigência legal ou um custo inerente ao fato de se fazer negócios – um mal necessário para se manter a legitimidade e o direito da empresa funcionar. Algumas poucas organizações têm começado a tratar a sustentabilidade como uma oportunidade de negócios, abrindo caminho para a diminuição de custos e riscos, ou até mesmo elevando seus rendimentos e sua participação de mercado por meio da inovação (HART; MILSTEIN. 2004).

Para Ferrel et al (2000) é imperativo que as instituições financeiras tornem-se familiarizadas com muitas das questões éticas e sociais. Ser ética e responsável exige comprometimento e por essa razão, muitas empresas, simplesmente ignoram essas questões, deixando de cumprir com suas responsabilidades legais e econômicas, concentrando-se na maximização do lucro.

O movimento ambientalista não é modismo, pois os riscos socioambientais provocam na sociedade um processo autocrítico. Nos países ricos e nos em desenvolvimento, é cada vez maior o número de vozes na política, universidades, órgãos públicos, setor industrial e organizações não governamentais, que estão alertando sobre a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento

econômico presente, ameaçador da nossa e das futuras gerações (DEMAJOROVIC, 2003).

Para Mello (2003), sustentabilidade não deve ser encarada como algo que se remeta somente ao contexto ambiental. Uma organização que pretenda deixar marcas no mercado, cada vez mais concorrido, deverá adotar uma estratégia que contemple o que os ingleses chamam de “triple bottom line”, ou ainda 3 P's - *People, Planet, Profit*, como definiu a *Shell* no seu relatório de sustentabilidade, para poder gerar valor nas dimensões econômica, ambiental e social.

O viés econômico representa a geração de lucro, pelo modo de produção de bens de consumo e de bens duráveis. Já o ambiental defende a conservação, minimização de desperdícios, mitigação de impactos e a boa gestão dos recursos naturais; por fim, na área social as instituições financeiras devem ser parceira do Estado na promoção da equidade e da integração de todos os grupos sociais.

Segundo Donaire (1999), esse novo paradigma organizacional é fruto de um novo direcionamento de enfoque que está ocorrendo na visão da sociedade atual, onde há uma mudança de ênfase do econômico para o socioambiental. Os aspectos sociais valorizados incluem distribuição mais justa da renda, qualidade de vida e relacionamento humano.

No entanto, fazendo um contraponto mais crítico a essa opinião, não se pode deixar de pensar que o processo de globalização econômica, presente hoje no mundo, estimula enormemente a concentração de renda, da qual se pode fazer uma relação de consonância com o aumento da exclusão social em todo o planeta.

A sociedade de hoje tem preocupações ecológicas, de segurança, de proteção e defesa do consumidor, qualidade dos produtos, entre outras coisas, que não existiam de forma tão excessiva nas últimas décadas. Além disso, ela tem ficado mais atenta ao comportamento ético das instituições, resultando em novas leis para melhoria do padrão organizacional com novas posturas estratégicas.

Os valores éticos das corporações têm sofrido bastante vigilância por parte dos veículos de comunicação, levando os bancos a um maior comprometimento com as questões sociais e ambientais. Esses fatos têm levado as organizações a

uma pressão para a incorporação desses valores em seus procedimentos administrativos e operacionais.

Na opinião de Haroldo Mattos de Lemos, presidente do Instituto Brasil PNUMA (Comitê Brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), foi no começo da década de 80 que o setor empresarial entendeu que fazia mais sentido investir na modificação dos seus processos de produção, focando no princípio dos “três erres”, ou seja, buscar a minimização da geração de resíduos e promover a reutilização ou reciclagem desses rejeitos. Assim, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA – lançou, em 1989, o Programa de Produção Mais Limpa, tomando como base às novas tecnologias desenvolvidas para as indústrias que permitiam às empresas, inclusive de médio e pequeno porte, fabricar o mesmo produto, utilizando menos energia, menos água, menos matéria prima e, ainda, gerando menos resíduos para tratamento final. O Programa previa também, sempre que possível, a substituição de insumos tóxicos por outros não tóxicos ou menos tóxicos (LEMOS, 2003).

Ao promoverem tecnologias mais limpas, ou simplesmente um bom sistema de gestão ambiental (good house keeping), as instituições bancárias, além de melhorarem seu desempenho ambiental, podem reduzir seus custos de produção, tornando-se mais competitivas, conseguindo mais lucros e, ainda por cima, diminuindo o passivo ambiental.

3.2 Os Bancos e o sistema de gestão ambiental: ISO 14000 e AS 8000

A partir dos anos 90 as organizações passaram a pôr em prática, códigos voluntários de conduta, como as normas internacionais ISO 14000 e AS 8000, além de adotarem as auditorias ambientais periódicas. A série ISO 14000 é uma norma elaborada pela *International Organization for Standardization*, com sede em Genebra, na Suíça, que reúne mais de 100 países, com a finalidade de criar normas internacionais, envolvendo organizações de todos os tipos.

Esse comportamento se insere no contexto de uma legislação cada vez mais exigente do desenvolvimento de políticas econômicas, de outras medidas destinadas a estimular a proteção do meio ambiente e de uma crescente

preocupação das partes interessadas em relação às questões ambientais, visando o desenvolvimento sustentável. A finalidade desta norma é equilibrar a proteção ambiental e a prevenção da poluição com as necessidades socioeconômicas e, segundo a ABNT, se aplicam a qualquer organização que deseje:

- implementar, manter e aprimorar um sistema de gestão ambiental;
- assegurar-se de sua conformidade com sua política ambiental definida;
- demonstrar tal conformidade a terceiros;
- buscar certificações/registro do seu sistema de gestão ambiental por uma organização externa;
- realizar uma auto-avaliação e emitir autodeclaração de conformidade com essas normas.



Figura 10: Modelo de Sistema de Gestão Ambiental.

Fonte: NBR ISO 14001.

Já o certificado SA 8000 é considerado uma espécie de “selo de qualidade social” no compromisso com melhores condições de trabalho. A certificação é o reconhecimento pelo processo e o compromisso da empresa, em ter um sistema integrado de ações socialmente responsáveis com seus diversos públicos. SA 8000 são cada vez mais reconhecidas no mundo como um sistema efetivo de

implementação, manutenção e verificação de condições dignas de trabalho. Atualmente são mais de 160 empresas certificadas com SA 8000 em diversos países, incluindo, entre outros: Estados Unidos, Inglaterra, Espanha, Itália e Brasil (GAZZI, 2005).

Essa norma foi estabelecida com base em princípios firmados nas convenções da Organização Internacional do Trabalho e em instrumentos internacionais de direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a Convenção dos Direitos da Criança, e foi desenvolvida em outubro de 1997 pela SAI (*Social Accountability International* – antiga CEPAA), Conselho das Prioridades Econômicas (CEP-*Council on Economic Priorities*), pioneiro na área de responsabilidade social das empresas.

A SA 8000 pode ser praticada por todos os segmentos de mercado e pode trazer os seguintes benefícios:

- Melhoria do relacionamento organizacional interno;
- Sinergia com a comunidade e com o meio ambiente;
- Consolidação e a manutenção de imagem e da reputação da empresa;
- Ampliação da permanência no mercado através da fidelidade de clientes comprometidos socialmente;
- Participação no emergente segmento de empresas com perfil de investimento social.

Com a norma NBR ISO 14001 e AS 8000, atualmente, cada vez mais, observa-se que o setor financeiro está preocupado em atingir e demonstrar uma preocupação ambiental correta, controlando a degradação e os impactos causados por suas atividades, produtos ou serviços no meio ambiente, levando em consideração sua política e seus objetivos ambientais, como é o caso do Bradesco e do Banco do Brasil que já possuem agências com estas certificações no seu sistema de gestão ambiental.

3.3 O desenvolvimento local sustentável e a sustentabilidade socioambiental nos bancos.

Compartilhando do pensamento de Lemos (2003), pode-se observar no contexto bancário atual, que o meio ambiente e a competitividade parecem não estar mais em campos opostos, e a atitude empresarial com relação ao meio ambiente é mais proativa, onde um exemplo claro é a implantação de programas de DLS e de sustentabilidade socioambiental. Isso tem trazido ganho, fazendo as empresas apresentarem um desempenho ambiental superior ao exigido pelas normas e os vários exemplos disponíveis demonstram que, atualmente, cuidar do meio ambiente é um grande negócio.

Neste tópico, a pesquisa se limitará a apresentar a sustentabilidade socioambiental e o desenvolvimento local sustentável conforme vem sendo divulgado pelas instituições bancárias. Não é objeto do trabalho se aprofundar, por conta da delimitação de tempo, em verificar e a idoneidade das declarações ou a questão do uso do marketing ambiental ou do *greewash* pelas instituições bancárias.

A seguir têm-se os uma amostra de como o desenvolvimento local sustentável e a sustentabilidade socioambiental são aplicados, na visão dos bancos.

3.3.1 O Banco do Brasil.

O Banco do Brasil (2012) declara apoiar as atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, o chamado “três pilares” do Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS, como é conhecido o seu Plano de DLS, sempre observada e respeitada à diversidade cultural. O DRS, segundo o Banco, busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras onde o BB está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoio a atividades produtivas.

Para o Banco do Brasil, o seu plano de desenvolvimento local sustentável, objetiva contribuir para a geração de trabalho e de renda, além de promover a adoção de práticas que permitam um salto de qualidade nos indicadores de

desenvolvimento social e ambiental, com soluções sustentáveis, inclusivas e participativas, sempre em conjunto com parceiros, num processo chamado de “concertação”. A “concertação” estimula e incentiva os envolvidos a criarem soluções e conduzir o desenvolvimento local/regional sob a ótica da sustentabilidade, agregando assistência técnica, novas tecnologias, capacitação, consultoria, em todos os elos da cadeia de valor.

A atuação do BB, com a Estratégia Negocial de DRS, ocorre por meio do apoio a atividades produtivas, com a visão de cadeia de valor, identificadas como vocações ou potencialidades nas diferentes regiões onde o Banco do Brasil está presente. O DRS apoia o desenvolvimento de atividades nas áreas rurais e urbanas (agronegócios, comércio, serviço e indústria). A metodologia de atuação prevê a sensibilização, mobilização e capacitação de funcionários do BB e de parceiros, e ainda a elaboração de um amplo diagnóstico, sendo abordada a cadeia de valor das atividades produtivas e identificados pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças.

Com base no diagnóstico, é elaborado o Plano de Negócios, onde neste momento são definidos os objetivos, as metas e as ações para por em prática este Plano. A metodologia prevê, ainda, o monitoramento das ações definidas nos Planos de desenvolvimento local sustentável do Banco e a avaliação de todo o processo na qual a atividade se insere.



Figura 11: Divulgação do DRS do Banco do Brasil.

Fonte: Cartilha DRS, 2006.

3.3.2 O Banco do Nordeste - BNB

Segundo o Banco do Nordeste (2012), para garantir sustentabilidade aos empreendimentos financiados, é fundamental investir em políticas e programas de capacitação, orientando o agente produtivo regional para práticas ambientalmente corretas. Atualmente o Banco do Nordeste conta com Gerência de Infraestrutura, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, ligada a Área de Políticas de Desenvolvimento, cujo principal objetivo é o de desenvolver novas ações e dar suporte às diversas áreas do Banco, quanto aos aspectos ambientais, incluindo as políticas, programas, processo de crédito, ações de capacitação e relações interinstitucionais.

O plano de DLS do Banco do Nordeste, para a instituição, visa promover e potencializar a economia regional, a partir da cooperação entre os diversos agentes econômicos, institucionais e sociais, que se responsabilizam pela harmonia, e gerenciamento das ações e projetos. Nesse sentido, as entidades parceiras atuam nas dimensões econômica, sociocultural, ambiental, de informação e conhecimento, priorizando as ações, buscando potencializar as cadeias produtivas mais competitivas em cada local. O Banco do Nordeste atua como estimulador do processo, promovendo a discussão e a busca de soluções para os problemas nas diversas dimensões do desenvolvimento local sustentável.

As instituições públicas e privadas que atuam no desenvolvimento local (Governo, Estado, Município, sociedade civil, empresários e ONGs), são envolvidas no processo, de forma que as ações por elas empreendidas aconteçam de maneira integrada, sendo a organização e execução dos trabalhos de competência dos próprios atores locais. O desenvolvimento de um plano de DLS no BNB envolve uma Equipe de Articulação, formada por líderes com o papel discutir os problemas e viabilizar soluções, encaminhando-as para o poder público ou a iniciativa privada, e a Equipe Técnica que é formada por técnicos das instituições públicas e privadas e tem a função de realizar estudos e dar suporte técnico às ações empreendidas localmente.

Entendendo o planejamento integrado como um processo dinâmico para o alcance do desenvolvimento local sustentável, o Banco do Nordeste elaborou um plano de trabalho constante dos seguintes itens:

- Conhecimento da realidade da região - levantamentos preliminares de dados e estudos técnicos sobre a região, identificação de suas potencialidades naturais e econômicas e de sua infraestrutura, bem como dos eventuais obstáculos à potencialização das atividades das cadeias produtivas trabalhadas;
- Construção da Visão de Futuro de cada região e identificação de projetos estruturantes para o seu desenvolvimento;
- Discussão de estudos técnicos, por meio da realização de encontros com lideranças locais;
- Consolidação e sistematização dos dados e informações coletados;
- Realização de eventos de mobilização e levantamento de demandas na comunidade;
- Negociação de projetos com os parceiros envolvidos;
- Gerenciamento dos projetos e ações desenvolvidas na região.

Como resultados esperados o BNB espera o seguinte:

- Aumento da renda da população;
- Aumento significativo da área cultivada e da produtividade;
- Redução da taxa de analfabetismo;
- Implantação de infraestrutura econômica e social suficiente para dar sustentação ao dinamismo econômico do local;
- Integração horizontal e vertical das unidades produtivas;
- Inserção do regional no mercado consumidor nacional e internacional;
- Projetos e empreendimentos sustentáveis, nos aspectos econômico, sociocultural, ambiental e político, no horizonte de tempo adequado;
- Contribuição para modernização do meio rural;
- Melhoria do nível tecnológico das explorações.

3.3.3 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

O BNDES, o Banco Nacional do Desenvolvimento, busca alavancar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento sustentável do Brasil, incentivando a inovação, o desenvolvimento local e regional e a preservação do meio ambiente. Criado em 1952, o Banco está presente em todos os setores da economia, financiando indústria, serviços, infraestrutura, agronegócio, meio ambiente e cultura (BNDES, 2012).

Para a instituição, o desenvolvimento sustentável é diretriz estratégica na política de financiamentos do BNDES. O Banco afirma observar princípios socioambientais na concessão de qualquer apoio financeiro, dispondo inclusive de critérios socioambientais específicos para setores sensíveis, como a pecuária bovina, geração elétrica e o setor de açúcar e álcool. Além disso, o BNDES diz oferecer linhas para investimentos em meio ambiente, reflorestamento, responsabilidade social das empresas, eficiência e diversificação energética, além de possuir uma Política de Atuação no Entorno de Projetos, que valoriza a articulação com os principais agentes políticos e socioeconômicos da região, clara características dos planos de DLS.

O BNDES possui ainda a Política de Responsabilidade Social e Ambiental, que define diretrizes que transpassam todas as suas atividades e orientam seu relacionamento com os diversos públicos interessados. Entre eles, estão os fornecedores, público cuja relação com o BNDES é baseada na Política de Compras Sustentável, exigindo, sempre que possível, de critérios objetivos de sustentabilidade nos processos de licitação da organização. Com recursos não reembolsáveis, o BNDES gere o Fundo Amazônia e mantém a Iniciativa BNDES Mata Atlântica, estabelecendo parcerias que contribuam para um novo modelo de desenvolvimento, frente às transformações e desafios da sociedade brasileira e global.

Assim, o BNDES divulga sempre o aperfeiçoamento dos critérios de análise ambiental dos projetos que solicitam crédito e oferece apoio financeiro a empreendimentos que tragam benefícios para o desenvolvimento local sustentável. Além disso, o Banco reforça sua política ambiental por meio de ações internas que buscam o envolvimento do corpo funcional e por meio de protocolos

em que firma o compromisso público de promover o desenvolvimento em harmonia com o equilíbrio ecológico.

3.3.4 Banco da Amazônia – BASA

O Banco da Amazônia é a maior e principal instituição financeira federal com a missão de promover o desenvolvimento da região amazônica. Possui um papel fundamental tanto no crédito de fomento quanto no apoio à pesquisa, respondendo por mais de 70% do crédito de longo prazo da Região Norte e na sua atuação, o Banco se articula com diversos órgãos vinculados ao Governo Federal, Estadual e Municipal, através de parcerias com entidades como a Embrapa, IBAMA, INCRA, universidades, SEBRAE, organizações não governamentais ligadas ao fomento sustentável e aquelas ligadas aos diversos segmentos do empresariado e dos pequenos produtores rurais buscando promover o desenvolvimento local sustentável. O Banco é o único que opera com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), instrumento financeiro destinado às ações de desenvolvimento local através do crédito. Dentre os FNO divulgados pela instituição financeira, destacam-se:

- FNO - Amazônia Sustentável Rural

É o Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável Local da Amazônia, que apoia o financiamento de empreendimentos caracterizados como rurais localizados na Região Norte.

- FNO - Biodiversidade Reserva legal

É uma Linha de Financiamento destinada a empreendimentos destinados à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente degradadas/alteradas nas propriedades rurais.

- FNO - Biodiversidade Uso alternativo do solo

Destina-se a contribuir para a manutenção e recuperação da biodiversidade da Amazônia, a partir da concessão de financiamentos a empreendimentos que

privilegiem o uso racional e sustentável dos recursos naturais, com adoção de boas práticas de manejo.

Um ponto interessante no BASA, com a finalidade de operacionalizar a Política Socioambiental do Banco da Amazônia firmando compromisso com a Sustentabilidade da Região, é o Questionário Socioambiental a ser preenchido com auxílio do projetista e entregue no ato da apresentação da proposta/projeto. Exceto os agricultores familiares e os microempreendedores, todas as propostas de crédito/financiamento serão submetidas à avaliação socioambiental, conforme enquadramento a seguir:

- Para crédito de fomento: projetos de produtores rurais, empresas e/ou grupos econômicos com valores acima de R\$ 2,0 milhões no crédito rural e de R\$ 10 milhões no crédito não rural;
- Para crédito de sustentação: limite de crédito/teto operacional de proponentes cuja receita bruta anual seja superior a R\$ 100 milhões.

(BASA, 2012).

3.3.5 Caixa Econômica Federal - CEF.

Em relação à Caixa Econômica Federal, não foi observado um programa efetivo de desenvolvimento local sustentável. Apesar disto é bastante interessante o Lançamento da Estratégia CAIXA para o Meio Ambiente, iniciativa voltada à mobilização de todos os níveis hierárquicos e setores da empresa em prol do cumprimento de metas e objetivos da responsabilidade ambiental. Como empresa que se declara comprometida com a sustentabilidade, a CAIXA afirma que trata a questão ambiental com total prioridade, abordando-a de maneira transversal (CAIXA, 2012).

A empresa divulga ter como praxe avaliar os impactos de seus processos produtivos, buscando mitigá-los por meio de soluções de ecoeficiência, além de disseminar boas práticas socioambientais entre os grupos com os quais se relaciona. Em sua Política de Relacionamento com Fornecedores, a CAIXA diz condicionar as aquisições de produtos e serviços ao cumprimento de requisitos sociais e ambientais.

A política ambiental da CAIXA trabalha com foco no cumprimento de cinco grandes objetivos estratégicos:

- Dispor de portfólio de serviços socioambientais;
- Implementar com as áreas afins as diretrizes socioambientais da nova política de crédito, de forma integrada;
- Ser o principal agente financeiro executor das políticas públicas de meio ambiente,
- Ser o principal agente indutor do desenvolvimento de cidades sustentáveis;
- Desenvolver um programa de gestão para a sustentabilidade ambiental.



Figura 12: a Caixa e a Sustentabilidade.

Fonte: CAIXA, 2012.

3.3.6 Banco Bradesco.

O Bradesco (2012) divulga que acredita na importância do desenvolvimento do Brasil, alinhado às melhores práticas mundiais que preconizam a sustentabilidade e a governança corporativa. Assim, considera o crescimento sustentável, representado pelo tripé do desenvolvimento econômico, ambiental e social, como um importante componente de responsabilidade corporativa, agregando valor na gestão empresarial.

O Banco, afirma que as suas políticas de crédito, visam assegurar que os projetos financiados sejam desenvolvidos de forma socialmente responsável e

reflitam sólidas práticas de gestão ambiental. Para a política de mensuração de riscos socioambientais, a hierarquia de enquadramentos e responsabilidades, os Princípios do Equador são utilizados. Dependendo do segmento de atividade do cliente, faz-se necessária uma avaliação mais rigorosa da conveniência e interesse na concessão do financiamento, em vista a evitar possíveis riscos de crédito, de imagem ou de reputação, pois determinadas atividades de negócios possuem maior potencial de risco socioambiental, merecendo uma análise mais crítica no processo de deferimento do financiamento.



Figura 13: Sustentabilidade Bradesco.

Fonte: Bradesco, 2012.

Dentre suas ações de desenvolvimento local sustentável destaca-se a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), criada em 2007 - sem fins lucrativos e sem vínculos político-partidários - como uma parceria entre o Bradesco e o governo do Estado do Amazonas cujo objetivo é conservar a Floresta e melhorar

a qualidade de vida das comunidades ribeirinhas. Para a constituição de um fundo permanente para a perenidade dos programas sustentáveis da FAS, o Bradesco realizou um aporte de R\$ 20 milhões, sendo outros R\$ 20 milhões de parte do governo do Estado do Amazonas ficando o Banco, na condição de repassar outros R\$ 50 milhões em cinco anos.

Segundo o Banco, os valores repassados à FAS são obtidos por meio da venda de produtos voltados ao projeto, como cartões de crédito e títulos de capitalização. Entre os programas e projetos está o Programa Bolsa Floresta, que recompensa as populações locais pela manutenção de serviços ambientais prestados nas florestas tropicais. Até dezembro de 2011, o programa beneficiou 7.989 mil famílias no Amazonas e contribuiu para a manutenção de um conjunto de 15 unidades de conservação ambiental no Estado do Amazonas, que cobriu área equivalente a 10 milhões de hectares.



Figura 14: Fundação Amazonas Sustentável.

Fonte: Bradesco, 2012.

3.3.7 Banco Santander

Apesar de não se ter observado uma política de desenvolvimento local sustentável clara, o Santander (2012) possui uma política ambiental já definida, que estabelece as regras para prevenir e gerenciar nos negócios impactos ambientais diretos e indiretos, bem como, as oportunidades relativas às questões

ambientais no âmbito de influência da organização, contribuindo para concretizar o compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável.

Esta política, segundo o Santander, procura orientar a maneira de gerenciar os riscos e as oportunidades reconhecendo o potencial dos impactos diretos e indiretos das operações da organização e o importante papel das organizações financeiras diante de desafios ambientais, como mudanças climáticas, uso de recursos naturais e conservação da biodiversidade. Para o Banco a viabilização do desenvolvimento sustentável pressupõe o movimento e a participação de todos e que a maior contribuição do Santander para esse desafio está, justamente, no grande potencial de influência que se tem sobre toda a cadeia de valor. No mais a pesquisa, como já foi dito, não encontrou informações relevantes em relação aos planos de DLS.



Figura 15: Sustentabilidade no Santander.

Fonte: Santander, 2012.

3.3.8 Banco Itaú Unibanco.

O Itaú Unibanco (2012) se intitula como reconhecido no mercado por incorporar a sustentabilidade à sua estratégia de negócios, proporcionando aos seus clientes a oportunidade de fazer bons investimentos e, simultaneamente, contribuir para o desenvolvimento sustentável. Para a instituição, sustentabilidade significa a manutenção dos negócios no curto, médio e longo prazos, para uma entrega permanente de valor às partes interessadas. Com os serviços e produtos orientados pela sua Política de Sustentabilidade o Banco diz contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável, fortalecendo seu compromisso com o respeito aos direitos humanos, a responsabilidade socioambiental e a conduta ética.

Apesar de não se ter, também, localizado planos de DLS, uma das principais ações de sustentabilidade do Banco são os Fundos Itaú Ecomudança são produtos de investimento oferecidos pela instituição, cujo diferencial é destinar recursos financeiros para projetos de redução de emissão de gases que provocam o efeito estufa, em parceria com organizações não governamentais, onde 30% da taxa de administração dos fundos é destinada para iniciativas com esse foco. Além da Ecomudança o Banco ainda possui as seguintes ações:

- Fundo Itaú Excelência Social

Investe em ações de empresas que possuem práticas de responsabilidade social diferenciadas. Destina 50% da taxa de administração para projetos sociais.

- Fundo Governança Corporativa

Investe em ações de empresas que apresentam práticas diferenciadas de governança corporativa.

- Fundos Sociais Private

Destinam parte do rendimento a projetos sociais de cunho educacional e profissionalizante.

- Fundo de Sustentabilidade da UAM e Fundo Unibanco AIG

Investe em ações de empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa.

- Fundo Unibanco AIG Arpa

Exclusivo para a gestão de recursos destinados para o Arpa (Programa Áreas Protegidas da Amazônia).



Figura 16: Sustentabilidade no Itaú Unibanco.

Fonte: Itaú, 2012.

3.4 DLS, ferramenta de um marketing ecológico dos bancos?

O marketing ecológico ou ambiental, como muitos autores preferem denominar, possui uma estreita relação com as instituições bancárias. Essas duas categorias estão intimamente ligadas, pois o marketing ecológico está chegando como o “abre alas” para uma maior utilização nas instituições, de programas socioambientais, dentre eles o DLS, não sendo somente um conjunto de técnicas destinadas a desenhar e promover produtos menos prejudiciais para a natureza. Uma tendência do marketing nos últimos anos é a valorização dos aspectos

sociais e ambientais, em parte por pressão de um novo tipo de consumidor: o consumidor ecológico.

Pode ser entendido, também, como uma forma de compreender as relações de intercâmbio entre os que fazem parte dele – o consumidor, a instituição bancária e o meio ambiente – daí sua ponte com o social e o ambiental. Este fator no trabalho levou a fundamentar a teoria da pesquisa por esse viés do marketing ambiental como um dos elementos presentes nos planos de DLS, apesar da pesquisa não pretender demonstrar como resultado o uso ou não do marketing ecológico pelas instituições bancárias.

3.4.1 O uso do *greenwash* e do marketing ecológico nos bancos

3.4.1.1 O *greenwash* ou maquiagem ambiental

Mudanças gradativas no ambiente competitivo, ocorridas nos últimos trinta anos, têm pressionado as empresas a considerar, com empenho e comprometimento cada vez maiores, os impactos de suas operações sobre o meio ambiente, tanto em uma perspectiva atual, como futura. Os fatos que tem levado a isso são diversos: em primeiro lugar, consumidores, cada vez mais conscientes das limitações de recursos originados do ambiente natural e da necessidade de um desenvolvimento sustentável, passaram a exigir um comportamento ambientalmente correto das empresas produtoras dos bens que eles consomem, exercendo uma forte e crescente pressão sobre essas organizações (HOURNEAUX et al, 2004).

Entretanto, segundo Jänicke (2007), o crescimento econômico tende a neutralizar as melhorias ambientais se o crescimento da ecoeficiência - produzir mais e melhor, com menos recursos e resíduos - permanecer no caráter incremental, se as inovações ambientais continuarem restritas a determinados nichos ecológicos, tratando apenas de sintomas e não das causas efetivas dos problemas ambientais. Um modelo mais ambientalmente correto reconhece a resistência de agentes no meio empresarial, geralmente dotados de poderes que permitem a limitação do escopo e efeitos de uma política ambiental efetiva. Estes agentes podem não ser fortes o suficiente para prevenir inovações ambientais

políticas baseadas em conhecimento, mas, quando se fala de implementação das políticas já existentes, a resistência do poder de base permanece como um importante obstáculo, o que pode favorecer certas “maquiagens” ambientais.

Em inglês, o termo *greenwash* é uma mistura de *green* – verde - e *whitewash* – tinta. *Whitewash* é uma espécie de tinta branca de pouca qualidade, aplicada na fachada de casas. A expressão é comumente usada por ambientalistas para se referir ao que eles entendem como propaganda corporativa que tenta mascarar ou disfarçar um desempenho ambiental débil. Agora, há uma preocupação crescente. Infelizmente, as corporações estão promovendo frequentemente o artifício do *greenwash*, o que traz sérias consequências à credibilidade de todo o campo da comunicação ligada às questões sustentáveis (ELKINGTON, 2007).

Para Elkington (2007), a publicidade e o marketing logo aproveitaram a “nova demanda” e passaram, muitas vezes, a fazer afirmações absurdas sobre os prodígios ambientais de vários produtos. Informações falsas, ou até mesmo omissões, têm o potencial de prestar um enorme desserviço à causa ambiental por confundirem os consumidores, gerando ceticismo e fornecendo a muitas pessoas um alibi para não fazer nada. Por isso, é importante que quaisquer profissionais envolvidos com publicidade, marketing e vendas realmente se assegurem de que suas campanhas, por mais espetaculares que sejam, passem no teste do *greenwash*. Esse processo de desinformação consegue anular uma força motriz importante que poderia levar varejistas e fabricantes a melhorarem o desempenho deles. Embora muitos consumidores estejam hoje um pouco mais conscientes, o risco de desorientação mantém-se significativo.

3.4.1.2 O marketing ambiental

Num primeiro momento, pode-se questionar que os consumidores das grandes instituições são predominantes de natureza corporativa e por isso não pressionam por uma produção ecologicamente correta. No entanto, não se pode dizer que por conta disso, as organizações fornecedoras não se sintam pressionadas a adotarem comportamentos ambientalmente corretos. As empresas, que realizam os processos finais ou intermediam as vendas ao

consumidor final, podem ser pressionadas por estes consumidores e, conseqüentemente, exigir das grandes organizações a adoção de medidas mais responsáveis do ponto de vista ambiental.

Questões assim desempenham funções primordiais para uma mudança nos princípios do marketing. Bekin (1995), lança as bases de uma tendência de marketing voltado para o seio das organizações, formulando a seguinte definição: "... realizar ações de marketing voltadas para o público interno da empresa, com o fim de promover entre os seus funcionários e departamentos aqueles valores destinados a servir o cliente" (p.34)

Já segundo Kotler (2006), o marketing é: "um processo social por meio do qual pessoas e grupos de pessoas obtêm aquilo de que necessitam e o que desejam com a criação, oferta e livre negociação de produtos e serviços de valor com outros" (p.30)

Para muitos, numa época onde a deterioração ambiental, escassez dos recursos naturais, explosão demográfica, fome e miséria em todo o mundo e descaso com os problemas sociais, há uma pergunta: as definições de marketing atuais são adequadas?

Atualmente, o marketing começa a ter outra cara, onde se objetiva que a tarefa da organização seja buscar as necessidades, os desejos e os interesses dos mercados-alvo e fornecer as satisfações desejadas de forma mais eficaz e eficiente do que os outros concorrentes, para que seja mantido ou melhorado o bem estar do consumidor e da sociedade.

Isso exige que as instituições financeiras passem a incluir considerações sociais e éticas em suas práticas de marketing. Elas devem "equilibrar" e fazer "malabarismo" com três considerações frequentemente conflitantes: lucros para a empresa, satisfação dos desejos dos consumidores e interesses públicos. Nessa visão, percebe-se que o meio ambiente não é colocado num posto de maior destaque, sendo uma questão de interesse quase secundário.

Segundo Varadarajan (1992), o conceito de marketing ecológico no meio comercial teve seu princípio nos fins da década de 80 e ainda que existam algumas diferenças na forma dos autores definirem esses conceitos, a maioria segue a seguinte tendência abaixo relacionada:

- Marketing ambiental: políticas, estratégias e táticas ambientais responsáveis feitas por uma empresa no âmbito do marketing, destinadas a conseguir uma vantagem competitiva de diferenciação para os produtos ou serviços que a empresa disponibiliza, frente aos oferecimentos da concorrência, como resultado do peso das opiniões progressistas das organizações, relacionadas aos deveres e responsabilidades de seus empregados.

- Empresário ambiental: pessoa que ao organizar e assumir os riscos e manejos das atividades de uma empresa explora as oportunidades do mercado, para conseguir processos e tecnologias benéficas para o meio ambiente, promovendo políticas, procedimentos e práticas ambientais responsáveis.

O mercado ambiental vem apresentando grandes índices de crescimento, levando as organizações a possuir produtos finais ambientalmente Sustentáveis, onde todos os processos e tecnologias sejam ambientalmente “amigáveis”. Isso leva a empresa a ter lucro em longo prazo, por fazer a empresa se adequar aos novos tempos e a adotar uma postura proativa no desenvolvimento de tecnologias, processos e produtos ambientalmente corretos. A empresa conectada com as tendências atuais deve ter potencial para conseguir uma diferenciação competitiva sustentável, numa época onde todos os produtos são muito similares, ou seja, conseguir agregar ao produto valor ambiental (VARADARAJAN, 1992).

Chamorro (2001) observa o consumidor de hoje, manifestando sua preocupação com o meio ambiente por meio de seu comportamento de compra, no qual busca produtos que tenham na sua produção, menor impacto sobre o meio ambiente. Para estes consumidores as ações ecológicas são atributos valorizados no processo de decisão de compra. Em alguns casos essa valorização se manifestará em pagar um preço maior por produtos tidos como ecológicos, em outros, deixando de consumir produtos poluentes, ou ainda, preferindo produtos mais ecológicos em igualdade de condições funcionais e econômicas.

A aparição desse novo consumidor preocupado não só com suas necessidades atuais, como também com proteção do entorno natural, obriga as organizações a adotarem uma nova forma de entender o marketing.

O chamado marketing ecológico pode possuir conceitos dados a partir de duas óticas, uma sob a perspectiva socioambiental e outra sob a bancária. Na socioambiental tem-se um marketing que busca um conjunto de atividades produtivas e benéficas para o meio ambiente e a sociedade em geral, ou tratam de frear ideias ou comportamentos julgados prejudiciais.

Na perspectiva de uma instituição bancária, o marketing ecológico seria aquele aplicado às empresas que adotam um enfoque social, para comercializar produtos ecológicos agregados às necessidades dos consumidores, gerando um mínimo de impactos ao ecossistema tendo a função de desenvolver, por meio de ações de marketing interno uma cultura baseada numa preocupação socioambiental, cultura essa que deve ser aceita por todos os trabalhadores da organização, independente da hierarquia ou função (CHAMORRO, 2001).

A prática constante de ações socioambientais responsáveis relaciona a marca da empresa à cidadania, na qual a empresa cidadã pode ser considerada como aquela que atua de forma participativa na comunidade, como deve ocorrer nos planos de DLS, dividindo aspirações e os problemas, além de mediar soluções, fazendo com isso que a organização bancária receba os benefícios do valor agregado socioambiental a sua imagem corporativa, através do uso de instrumentos de Marketing Ecológico. Como já foi dito anteriormente, esta pesquisa não pretende demonstrar como resultado, o uso ou não do marketing ecológico pelas instituições bancárias, no entanto, analisando o material utilizado por esta pesquisa, pode-se dizer que há uma indicação do uso deste tipo de marketing pelos bancos.

Capítulo 4

A vocação regional do desenvolvimento local sustentável.

Considerar as diferenças e vocações regionais é algo primordial em um DLS. Segundo Santos e Silveira (2008), nunca se deve subestimar ou esquecer as diferenças entre as regiões, pois o território é um organismo vivo. A cidade, por exemplo, reage ao capitalismo de forma completamente distinta do campo. Cada localidade acolhe as modernizações, cristaliza usos antigos e guarda novas racionalidades de forma diferente. Para os autores, há uma redescoberta do Brasil aos olhos de uma nova geografia, preocupada com as características sociais, históricas e econômicas de um povo em constante mutação.

A organização das regiões interpenetra tanto o urbano como o rural, enquanto espaço construído a partir do uso dos recursos naturais, não fazendo sentido, portanto, amalgamar desenvolvimento e urbanização como sendo esta via a única possível. O território deve ser apreendido em múltiplas vertentes com diversas funções e também deve ser considerada a vertente da natureza, que sempre estará presente dentro do território sendo dele indissociável. Desta maneira as regiões possuem diferenças de acordo com os grupos de poderes que agem neste espaço e estampam suas características e objetividades, moldando o espaço conforme suas relações (ECHEVERRI; RIBEIRO, 2005).

Como grande parte dos planos de DLS ocorrem em área rural, é interessante trazer a questão da Nova Ruralidade que considera o processo de formação das regiões não como empecilho ao desenvolvimento econômico, mas como uma realidade dotada de potencial para a construção de forma própria do desenvolvimento. Na medida em que no centro do problema do meio ambiente encontram-se as regiões rurais e a atividade agrícola, com seus sistemas produtivos, a dimensão ambiental age sobre o espaço rural tornando-o cada vez mais valioso para a qualidade da vida e manutenção da biodiversidade. Na acepção de ordem produtiva que conceitua o rural considerando sua base econômica e cujos espaços produtivos são associados a atividades primárias e de seus subsetores diretos, acaba-se limitando a importância do rural na redefinição do padrão de desenvolvimento. Não obstante a isso, comungam de um problema

crônico idêntico que é o processo de degradação ambiental, identificado nas ações de desmatamento e queimadas (ECHEVERRI; RIBEIRO, 2005).

A noção de “local” num DLS deve indicar mais que o sentido geográfico, significando também movimento e interação entre grupos sociais que se articulam e se opõem ao redor de interesses comuns. Assim, se o sentido de local tem um conceito territorial inegável, não se dizer que se resume somente a este. Deve-se lembrar aqui, as ideias relacionadas a definição de território, que ampliam o espaço geográfico material, havendo interdependência com os aspectos humanos, sociais, políticos e culturais, ou seja, um conjunto de redes estruturadas em torno de interesses coletivos (ALBAGLI, 1999).

Numa visão local do DLS, não se deve pensar em uma simples delimitação geográfica e sim de um espaço vivo, pensante, onde a população se articula e se identifica com a sua cultura e vocações. Faz-se necessário uma maior compreensão dos diferentes universos locais, multifacetados e transpassados por diversas instâncias de poder, produzindo atores e organizações com competências estratégicas. As várias facetas do âmbito local pedem, portanto, que se trabalhe considerando as singularidades e as diferenciações, bem como a fluidez e agilidade entre o local e o global, sendo necessário, no entanto, o compromisso de todos os envolvidos na gestão social do desenvolvimento com um duplo movimento de valorização das raízes às contingências e desafios da era globalizada, além da convivência, culturalmente sensível ao local, e da competência para intervir em diferentes tempos e espaços (FISCHER, 1997).

Entendendo a evolução conceitual do desenvolvimento ao longo do tempo, está evidente que o DLS não foca somente no econômico, sendo também uma estratégia voltada para o fortalecimento socioproductivo, por meio das cadeias de valor num espaço de caráter bastante associativo.

4.1 Os beneficiários dos planos de DLS

Os beneficiários dos planos de DLS são as pessoas físicas e também as jurídicas de direito privado, como por exemplo, associações e cooperativas. Todo plano de desenvolvimento local sustentável deve reconhecer a importância das pessoas como um recurso essencial que contribui com o desenvolvimento econômico e socioambiental, ou seja, deve valorizar o capital humano, pois as

atitudes coletivas, conhecimentos e habilidades são fundamentais para o desenvolvimento das atividades apoiadas pelos DLS. Assim as despesas com capacitações, educação, saúde entre outras atividades no grupo são, na verdade, investimentos e não gastos.

O desenvolvimento sustentável no âmbito local deve ter como filosofia a ideia que os bancos devem atuar não somente como instituição de crédito, mas como direcionadoras de ações de estímulo das atividades, de modo a articular e mobilizar todos os agentes internos e externos. Daí a importância de identificar as vocações e potencialidades regionais, tornando os atores locais participantes diretos da construção e condução dos processos de DLS.

As atividades produtivas são apoiadas com visão de cadeia de valor, compostas por aglomerados, arranjos produtivos locais ou cadeias produtivas, que segundo o Banco do Brasil (2006), são definidas da seguinte forma:

Aglomerados - são agrupamentos de agentes econômicos, políticos e sociais que atuam em diferentes fases do processo produtivo de uma determinada atividade, numa comunidade, com vínculos frágeis de interação, cooperação e aprendizagem e pouca sinergia;

Arranjos Produtivos Locais - são agrupamentos de agentes econômicos, políticos e sociais, situados em um mesmo território, que atuam em fases distintas do processo produtivo, operando em atividades produtivas correlacionadas, e que apresentam vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem;

Cadeias ou Sistemas Produtivos - são conjuntos de todas as etapas do processo produtivo de um determinado produto ou serviço, realizadas por agentes de aglomerados econômicos e/ou arranjos produtivos locais, formando redes complexas com elevados índices de articulação, cooperação e aprendizagem, sem limitação territorial.

É primordial que a diversidade ambiental e cultural também deva ser aproveitada por meio do adensamento de Arranjos Produtivos Locais - APLs, verificados no espaço regional. Os APLs, por sua vez, devem servir como instrumento para integrar a indústria local, especialmente as pequenas e médias

empresas, aos grandes projetos industriais que vêm sendo implantados no Nordeste. Os Arranjos Produtivos Locais constituem uma forma eficiente de aproveitamento dos recursos produtivos espacialmente distribuídos. O fortalecimento dessa forma singular de produção pode ser alcançado por meio da seleção dos arranjos que contribuam de forma mais significativa para o aumento de renda da Região (SUDENE, 2011).

4.2 Atividade de DLS visitada

Foi escolhida uma comunidade que tenha passado pelo processo de um plano de DLS, somente a título de exemplo para o trabalho, seguindo os seguintes critérios: que estivesse já implementado nos últimos 05 anos, tivesse representividade em relação ao número de beneficiários, tenha recebido aporte financeiro, apoio para capacitações e variedade de parcerias internas e externas à comunidade. A atividade que se enquadrou nestes parâmetros foi a de confecção no bairro de Casa Amarela, onde o Banco do Brasil apoiou a atividade de uma associação, a Moda Recife.

4.2.1 Caracterização do Bairro de Casa Amarela

Conforme o historiador Pereira da Costa (2001), a mais antiga referência que se encontra sobre o local onde hoje é o bairro de Casa Amarela é a povoação do Arraial, antiga denominação do lugar, datada de 1630, quando o general Matias de Albuquerque ergueu o Forte Real do Bom Jesus para proteger o "interior" de Pernambuco contra os holandeses. Só muito tempo depois a localidade passou a ser chamada de Casa Amarela, devido, segundo a tradição, a uma casa sempre pintada de amarelo, referência na região, que existia próximo ao terminal da estrada de ferro. Foi essa casa que deu nome ao que seria o futuro bairro.

O Bairro de Casa Amarela é uma das 66 ZEIS, Zona Especial de Interesse Social, caracterizadas por serem assentamentos habitacionais de população de baixa renda, definida na Lei nº 16.176/96, da cidade do Recife, localizado na divisão administrativa chamada de microrregião 3.1, conforme mostra a figura 18 a seguir.



Figura 18: Localização do Bairro de Casa Amarela.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife, 2005.

Segundo o Censo do IBGE, em 2010, o Recife possui 109 aglomerados subnormais, sendo o bairro de Casa Amarela o sexto maior do Brasil. O termo é utilizado pelo Instituto para designar um conjunto constituído por pelo menos 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.), ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia, dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, além de carentes em serviços públicos essenciais. Casa Amarela já foi o mais populoso bairro do Recife, perdendo essa condição a partir de 1988 quando, a prefeitura transformou algumas de suas áreas em bairros autônomos, mas mesmo assim, são 53.030 pessoas vivendo no bairro.

4.2.2 A atividade de confecção

Segundo Bezerra (2001), o ramo da confecção teve um forte histórico na indústria, mas no começo dos anos 90, ocorreu o início do processo de abertura da economia brasileira e com a constante redução das alíquotas de importação, a indústria têxtil entrou em decadência e passou por profundas mudanças em função da política econômica da época com fechamento e transferências de unidades de produção e comercialização, gerando significativo desemprego e

dispersão de mão-de-obra especializada. As ramificações do setor têxtil apresentavam baixa capacidade competitiva e de renovação, gerando o agravamento da crise, pelo desmantelamento do parque industrial. A figura 19, a seguir, demonstra este desmantelamento.

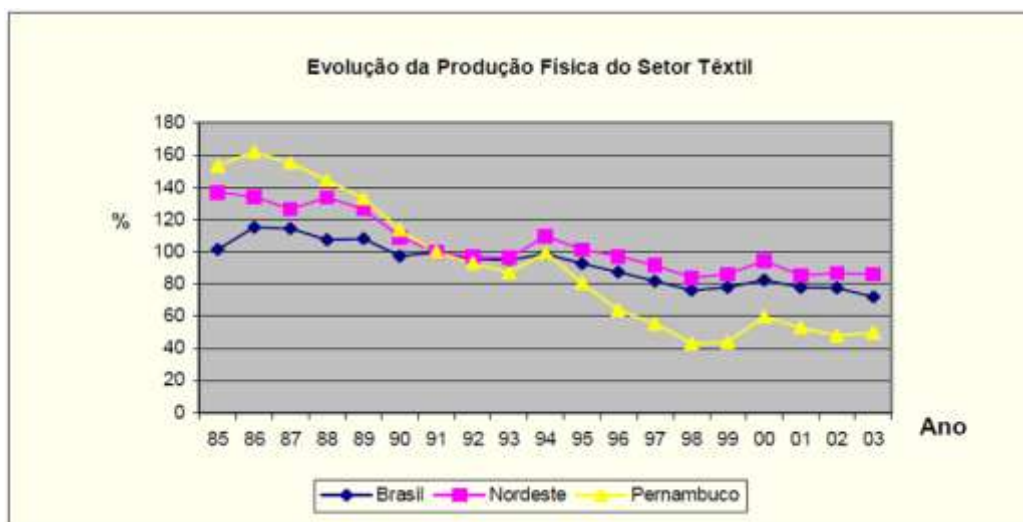


Figura 19: Boletim Conjuntural Nordeste do Brasil, com projeção.

Fonte: SUDENE, 2000.

4.2.3 A Atividade segundo as profissionais

As informações que se seguem foram obtidas nas visitas in loco e em conversas informais com os beneficiários, onde se registrou o seguinte: a associação Moda Recife, é formada por cerca de 20 mulheres estilistas e costureiras do Alto Nossa Senhora de Fátima, no bairro de Casa Amarela, que trabalham com a criação e desenvolvimento de coleções de moda em geral, confecção de biquínis, maiôs, sungas e acessórios, roupas sociais, peças íntimas e fardamentos, além de customização e confecção de artesanatos a partir de crochê, pintura em tecido, bordados e reutilização de retalhos.

A atividade de confecção no bairro já tem algumas décadas e originou-se do antigo polo têxtil de Pernambuco, nos anos de 1980, que localizava-se principalmente no Recife e Região Metropolitana, onde se encontravam as indústrias de fiação e tecidos, como também de confecções variadas. O declínio na indústria têxtil fez surgir nos últimos 20 anos pequenos novos núcleos na área de confecções, que vêm se organizando apesar da falta de estrutura. As

profissionais começaram a organizar as atividades costurando para parentes e vizinhos e, aos poucos, foram ampliando seus horizontes de venda, onde um contingente de profissionais agregou-se em pequenos fabricos informais e na prestação de serviços, já que possuíam experiência gerada pelo aprendizado e vivência na atividade.

4.2.4 O plano de DLS na atividade

As profissionais informaram que a aproximação com o Banco se deu ainda em 2007 e no ano seguinte, iniciou-se o processo do plano de DLS da Instituição como forma de estimular novas mulheres a se organizarem na Associação, e ainda estreitar as relações com outras entidades de costureiras para troca de experiências. Verificou a participação dos seguintes parceiros que apoiaram a atividade do plano de DLS: Prefeitura da Cidade do Recife, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, DAM Confecções Indústria e Comércio, Banco do Brasil e a Própria Associação, que atuaram principalmente no desenvolvimento das seguintes ações:

- Parceria estratégica com a DAM Indústria para uso do seu corpo técnico na formatação das células de produção e para comodato do parque de máquinas;
- Manutenção da cultura de customização do grupo, preservando e estimulando a participação no cronograma de eventos promovido pela Prefeitura da Cidade do Recife;
- Ampliação do parque tecnológico da Associação (máquinas de costura);
- I Festival Desenvolvimento Regional Sustentável & Economia Solidária do Alto Nossa Senhora de Fátima – Casa Amarela;
- Reaproveitamento dos resíduos de produção (retalhos e aviamentos) na confecção de peças ambientalmente corretas;
- Criação de Central de Compras Comunitária (para aquisição de insumos em conjunto e aumentar a rentabilidade da organização);
- I Desfile de Moda Sustentável de Casa Amarela;

- Reaproveitamento dos resíduos de produção (retalhos e aviamentos);
- Criação da Central de Comercialização de Casa Amarela;
- Participação na Festa do Sítio Trindade - grupo de customização e costura;
- Capacitação na confecção de paletós, blazers, casacos, saias, e demais itens de trajes formais;
- Capacitação em manuseio de máquinas modernas;
- Capacitação em princípios de gestão de estoques e materiais;
- Capacitação das confeccionistas do atelier recife em microinformática básica;
- Revisão e constituição dos estatutos da associação;
- Doação de computadores para possibilitar inclusão digital;
- Doação de equipamentos de informática para as organizações das costureiras;
- Realização de oficina de aprimoramento e gestão do plano de negócios;
- Realização de parcerias para aperfeiçoar a escolha de fornecedores;
- Redução do custo da produção e aumentar a competitividade dos grupos;
- Listagem dos gargalos para aquisição de insumos;
- Levantamento de informações no mercado em relação ao parque tecnológico que se adeque às necessidades das costureiras;
- Realização de oficinas sobre modelos modernos de máquinas para confecções
- Oficina para disseminação de boas técnicas de uso do parque tecnológico;

- Realizar visitas de sensibilização para empreendedores e empresários da zona norte do Recife;
- Participação na FENNEART;
- Liberação de crédito conforme necessidade das costureiras para investimento;
- Mutirão de cidadania empresarial;
- Oficinas de comercio exterior;
- Balcão de comercio exterior: seleção, habilitação e consultoria para exportação;
- Capacitação em negócios e empreendedorismo.

Os custos das ações teve o montante de R\$ 307.776,00 e ficou distribuído na seguinte proporção:

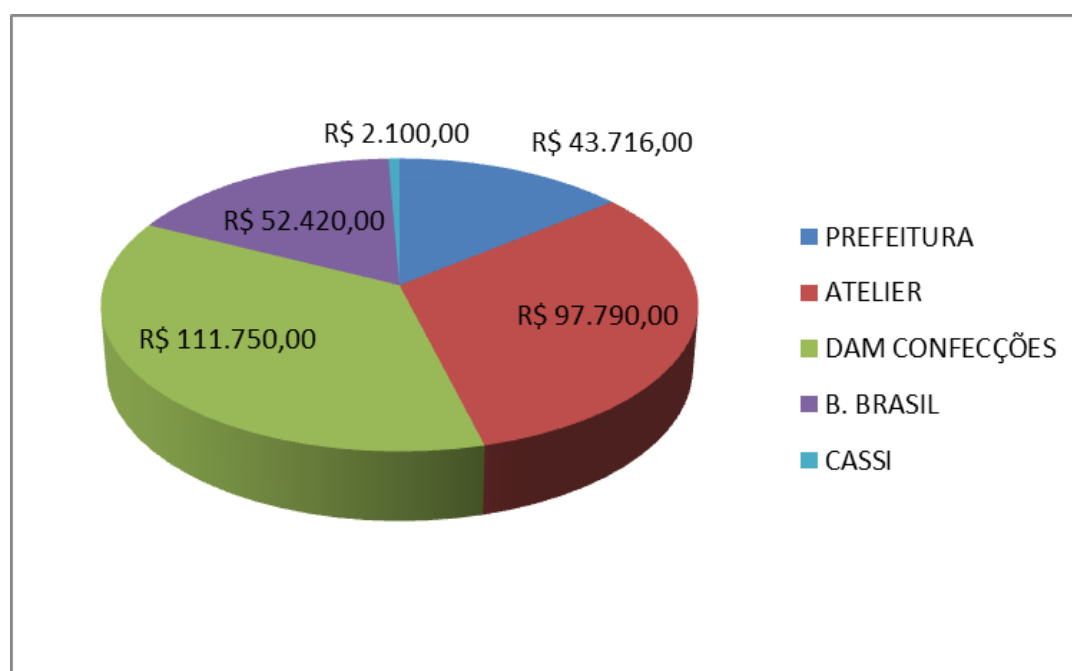


Figura 20: Custo das ações.

4.2.5 Analisando a entrevista

Este trabalho realizou uma entrevista com a líder da Associação Moda Recife, Cristina Souza, buscando verificar as impressões sobre o plano de DLS aplicado na atividade. A entrevista foi composta das seguintes perguntas:

1- Qual a importância da comunidade participar de um plano de DLS?

2- Como a comunidade poderia contribuir para melhoria dessas atividades?

3- Em sua opinião como as atividades de DLS estão contribuindo com:

A) Comunidade

B) Meio ambiente

Analisando qualitativamente as respostas recebidas, destacaram-se as seguintes unidades significativas, que surgiram do confronto dos dados com as categorias gerais trazidas da literatura:

- Melhoria das condições econômicas e socioambientais;
- Educação e preservação ambiental;
- Informação e elevação da autoestima;
- Crescimento humano e profissional;

Os confrontos entre as unidades significativas e as categorias gerais trazidas da teoria, permitiram realizar a interpretação dos dados no contexto em que foram produzidos, buscando compreender a influência desse contexto no estilo, na forma e no conteúdo da comunicação.

Estas unidades significativas foram agrupadas em duas categorias específicas, onde a primeira seria a Inclusão Social e a segunda seria Educação Ambiental. Estas duas categorias específicas podem ser consideradas como sintetizadoras da percepção de um plano de DLS na comunidade

A inclusão social

No que diz respeito à inclusão social, observou-se que as beneficiárias têm a oportunidade de exercer os princípios da cidadania. A questão da inclusão social na atividade é percebida nas respostas dadas quando se observa o aparecimento dos seguintes pontos:

- Ajudar ao próximo,
- Construção de uma sociedade consciente da importância da preservação do meio ambiente e de sua situação no meio social onde vive a comunidade;
- Sentimento de gratificação pessoal;
- Preparação para o mercado de trabalho, elevando, sobretudo sua autoestima.

Neste contexto é fundamental uma forma ética de atuar na realidade do desenvolvimento local sustentável, além, é claro, nas relações negociais e nas buscas por resultados, pois o paradigma econômico presente hoje no mundo, gerador de exclusão, violência e degradação socioambiental, pode ser mudado a partir de uma postura séria e ética que é o que deve definir o modo de vida do ser humano.

Para se conseguir mudanças que verdadeiramente levem a autonomia e sustentabilidade dos beneficiados de um plano de DLS, o principal fator trabalhado é a educação, cujo exercício constante estimula o senso crítico das pessoas abrindo porta para novas possibilidades. A educação é um forte promotor da inclusão social, por ser voltada para um trabalho formativo de pessoas e grupos sociais.

O entendimento da educação como um processo que ocorre nas relações e nas dinâmicas dos movimentos sociais, vem consolidar uma mudança de paradigmas, de um desenvolvimento considerado apenas como crescimento econômico para o desenvolvimento fundamentado na sustentabilidade, como forma de melhorar a qualidade de vida (REVISTA PROFI, 2005).

A Educação Ambiental

Outra questão constante na entrevista diz respeito à Educação Ambiental. Esse é outro ponto bastante forte que se observa presente, principalmente nas seguintes falas:

- Utilizar sem destruir;
- Nova visão para a importância da preservação do meio ambiente;
- Promover a conscientização, através da educação ambiental.

O meio ambiente, nos últimos anos, tem sido amplamente discutido em várias vertentes do conhecimento, já que o mundo de hoje parece ter despertado para a questão ambiental, devido ao avanço da degradação dos recursos naturais do planeta, e os beneficiários do plano de DLS não fugiram a essa tendência. Uma das principais ferramentas para o combate à deterioração da natureza é a sensibilização da sociedade sobre esta temática, buscando soluções para mitigar a destruição e ainda, reverter à situação com ações de recuperação do meio ambiente.

Os parâmetros das aplicações da Educação Ambiental são abertos e flexíveis, e, por isso, devem ser adaptados à realidade de cada região, sendo um instrumento bastante útil num DLS. Na verdade, quando se trata da educação ambiental, está se falando não só da questão ambiental, mas também da sua transversalidade no processo de resgate de valores como a ética e a cultura. Busca-se assim um processo dinâmico integrativo no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos que os tornam aptos a agir, individual e coletivamente, e resolver problemas ambientais, através de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio e a adoção de novas posturas individuais e coletivas em relação ao ambiente, sem esquecer que a Educação Ambiental não está relacionada apenas à natureza, mas também às relações sociais, políticas, econômicas e culturais da humanidade (PRADO, 2003).

A Associação demonstrou apresentar uma evidente preocupação com uma maior eficiência de seus processos produtivos, principalmente no que diz respeito à situação das pessoas e do meio ambiente envolvido, preocupando-se também

em avaliar os resultados oriundos desses processos. Quanto ao nível de participação dos agentes, a pesquisa observou que há um engajamento das pessoas em procurar passar ensinamentos voltados ao crescimento profissional, ambiental e principalmente humano para a comunidade envolvida, onde foi constado um grande sentimento de cidadania.

Considerações finais.

Esta pesquisa levantou a hipótese de que os projetos de sustentabilidade são oportunidades de fazer negócios para as instituições financeiras e há o interesse em promover o acesso ao crédito em prol de atividades sustentáveis e teve como objetivo geral – descrever a evolução dos planos de DLS nas instituições bancárias escolhidas, focando no financiamento de negócios sustentáveis. Chegou-se à conclusão que, de fato, existe sim o interesse de muitas instituições bancárias na promoção de crédito para atividades sustentáveis.

Pode-se dizer que esta promoção de crédito para atividades sustentáveis se dá devido à pressão do consumidor, cada vez mais consciente, cansado de assistir escândalos e ausência de ética ambiental das grandes corporações, que vem exigindo dos empresários, ainda que de forma incipiente, a mudança dos critérios e valores negociais, que evidenciem somente o lucro. Assim, confirma-se a hipótese de que apesar do DLS ser uma oportunidade para fazer negócios das instituições financeiras, há, de fato, o interesse em promover o acesso ao crédito em prol de atividades sustentáveis, muito mais por pressões externas que por um processo interno das instituições bancárias.

Isso é reflexo do crescimento da preocupação da sociedade com o meio ambiente, com a qualidade de vida pessoal e da coletividade, onde as organizações têm o desafio de estarem atentas e prontas para acompanharem, e até se anteciparem às mudanças sociais e produzirem diferenciais que gerem para elas uma vantagem competitiva em longo prazo.

Em relação às organizações, o que comumente se encontra, no cenário econômico atual, são as grandes corporações que ainda encontram dificuldades para justificar para seus acionistas, despesas advindas de ações sociais e ambientais uma vez que estas, para alguns, podem, num pensamento retrógrado, não contribuir para o lucro nos seus balanços anuais.

A pesquisa encontrou limitações ao tentar levantar estatísticas sobre o número de projetos de DLS entre as instituições bancárias. As informações não eram claras nem muito menos precisas e como já foi dito no capítulo 3, havia

Instituições, como foi o caso da CAIXA, Santander e do Itaú Unibanco, onde não se encontrou planos de DLS, ao menos de forma explícita.

Este trabalho propôs-se a mostrar que o desenvolvimento local sustentável deve se tornar tema central na estruturação de políticas ambientais institucionais. Como contribuições da dissertação para os bancos, este trabalho concorda com Fischer (2002), quando a autora chama a atenção para que não se propaguem os erros e riscos envolvidos em quaisquer modelos de desenvolvimento local sustentável, tais como:

- 1 - desgaste conceitual, isto é, construção, aplicação e esvaziamento do conceito;
- 2 - desgaste dos métodos participativos e dos chamados “consensos vazios”, que não estruturam planos de ação e não alcançam resultados;
- 3 - a articulação de comunidades de interesses esbarrar nos limites do Estado e do mercado, quando não nos limites dos grupos sociais e dos indivíduos como atores potencialmente conflitivos;
- 4 - descontinuidade política, que muitas vezes destrói iniciativas ao fim do mandato do gestor que as criou, somar-se às ingerências político-partidárias locais, regionais e nacionais;
- 5 - estratégias de desenvolvimento de construção “externa”;
- 6 – modismos e fragilidades metodológicas dos tipos de intervenção em desenvolvimento local;
- 7 – criação de dependência nas comunidades apoiadas;
- 8 - sobreposição de programas, gerando muitas vezes conflitos;
- 9 – avaliações deficientes, inadequadas ou inexistentes;

Acredita-se que para as empresas com planos de DLS, este trabalho trará grande ajuda, pois poderá contribuir, para uma melhoria das ações de desenvolvimento local sustentável dos bancos. Isso beneficiará não só as Instituições financeiras, como também os sujeitos envolvidos, pois poderá resultar em novas propostas para um melhor aproveitamento das relações sociais e ambientais das Instituições.

Também se faz necessário lembrar às organizações bancárias do mundo contemporâneo que governo, mercado, instituições e a cada vez mais organizada

sociedade civil, parecem ter começado, apesar de ser de modo incipiente, a entrar em consenso, no que diz respeito à ideia de que é preciso encontrar, de maneira criativa ou até ousada, formas de possibilitar a inclusão social das populações que vivem à margem da sociedade.

Certamente o caminho da implementação de programas de DLS pelos bancos envolve custos, mas esses custos podem e devem cada vez mais ser visto como um investimento, não só para as gerações futuras, como também, mais em curto prazo, um investimento com claros benefícios na solidez, na imagem, na capacidade da empresa em fazer face aos imprevistos e no seu valor.

Quanto aos benefícios, podem ser citados vários. A instituição bancária que possuem programas sólidos de desenvolvimento sustentável seja ele global ou local está, certamente, melhor preparada contra os riscos que ameaçam os seus índices de desempenho e reputação, tais como: riscos de imagem, mudanças de regulamentação, riscos jurídicos, entre outras coisas. Assim, grandes empresas, formadoras e difusoras da imagem institucional no mercado e na sociedade, são de grande importância para construção de uma nova maneira de se perceber os aspectos sociais e ambientais que a sociedade atualmente começa a exigir.

A implantação de um programa de DLS certamente é fundamental para uma instituição bancária estar alinhada às novas diretrizes da economia mundial, que trata o ser humano, numa visão holística, como um cidadão e não apenas como um número de consumo, além de proteger e fortalecer a imagem da marca e a reputação da organização, trazendo credibilidade para a empresa, num mundo cada vez mais competitivo. Outro ponto que se deve levar em conta é o desenvolvimento socioambiental que o banco inquestionavelmente proporciona, quando contribui com as atividades apoiadas por um plano de DLS.

Os bancos podem passar, assim, a ter uma relação muito mais próxima com todo o seu meio envolvente, tendo de justificar a sua atuação perante os que contribuem para sua existência: colaboradores, fornecedores, acionistas, clientes e comunidade. Outro ponto importante é a união dos critérios ecológicos aos financeiros, pois reduzindo o consumo de recursos naturais, limitando a produção de resíduos e melhorando a eficácia com que utiliza os seus recursos, a empresa pode alcançar economias substanciais.

Felizmente, a mudança dos paradigmas da sociedade atual tem contribuído para que, cada vez mais, as questões ambientais deixem de ser tidas como um simples “bônus” e passem a ter um valor de destaque, nos processos de implantação dos programas de DLS das organizações. Uma organização realiza seu papel social não só quando está em dia com seus impostos ou está gerando empregos, mas quando é um agente transformador da sociedade, resgatando a cidadania, buscando e compartilhando soluções para reduzir os danos ambientais e promover a equidade social. Uma empresa capitalista, apesar de ser voltada para a geração final do lucro, pode realizar mudanças na sociedade, através de processos de transformações internas.

Portanto, um processo de crescimento econômico local não pode ter o meio ambiente como um simples (e às vezes incomodo, para alguns) apêndice. Com a visão do desenvolvimento local sustentável, as instituições bancárias devem cada vez mais explicitar seu compromisso com a sociedade, promovendo o resgate e inclusão social e o cuidado com o meio ambiente, através da educação ambiental e da implantação de medidas de recuperação e mitigação para os impactos ambientais, além de adotar em suas atitudes negociais uma postura que promova o bem estar da sociedade, financie negócios sustentáveis, agregue no mercado financeiro valor à empresa e traga, conseqüentemente, maior desenvolvimento socioeconômico e ambiental para todos os atores envolvidos.

Referências

ABNT-NBR ISO 14001. **Sistemas de Gestão Ambiental – Diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio**. Rio de Janeiro: 1996.

ACSELRAD, H. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ALBAGLI, S. **Globalização e especialidade: o novo papel do local**. Brasília: IBICT, 1999.

ALMINO, J. **A filosofia política do ecologismo**. Belém: Associação das Universidades Amazônicas, 2003.

ARAÚJO, C. L. **Democracia e desenvolvimento durável**. Jornal Página 20, Rio Branco, AC, p. 28, 2003.

ARISTÓTELES, **A Política**. Trad. CHAVES, Nestor Silveira. Rio de Janeiro: Ed Ediouro, 1998.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife, 2005.

BARBIERI, C. J. **Desenvolvimento e meio ambiente**. Petrópolis: Vozes; 2001.

BEKIN, S. F. **Conversando sobre endomarketing**. São Paulo: Makron Books; 1995.

BEZERRA, A. P. S. **A indústria têxtil do estado de Pernambuco: indicadores de competitividade e emprego (1990-1999)**. Dissertação de Mestrado, João Pessoa: UFPB, 2001.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1994 (Gênesis, IX, 1-3).

BOISIER, S. **Política econômica, organização social e desenvolvimento regional.** In: HADDAD, P. R. (Org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise.* Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

BREDORIAL, C. ; VIEIRA, L. **Cidadania e política ambiental.** Rio de Janeiro: Record; 1998.

BUARQUE, S. C; TAVARES, R. **Desenvolvimento Regional Sustentável: Reflexões sobre a experiência do Banco do Brasil.** Recife/Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2008.

CAPRA, F. **O Ponto de Mutação. A ciência, a sociedade e a cultura emergente.** São Paulo: Cultrix, 1982.

CARVALHO, E. B. S; SILVA FILHO, G. E. **Crescimento Endógeno e Desenvolvimento Endógeno Regional: Investigação das Convergências em Um Cenário pos-Cepalino.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 32, n. 1, p. 467-482, 2001.

CARTA DA TERRA. Em: BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial. Um consenso mínimo entre os humanos.** Brasília: Letraviva, 2000.

CANTANHEDE, I. L. et al . **A Inovação da Sustentabilidade nos Bancos Nacionais e Internacionais.** Revista da UNIFEDE, v. 08, p. 01, 2010.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo: Cortez; 1991.

DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de Risco e Responsabilidade Socioambiental.** São Paulo: Senac; 2003.

DIAS, G. F. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana.** São Paulo: Gaia, 2002.

DIEGUES, A. C. S. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis**. Cadernos FUNDAP, v. 6, p. 22-30, 1992.

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. São Paulo: Atlas; 1999.

ECHEVERRI, R. RIBEIRO, M. P. **Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável**. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005.

FERRELL et al. **Estratégia de Marketing**. São Paulo: Atlas; 2000.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2010.

FISCHER, T. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FISCHER, T. **Poderes locais, interorganizações e instituições**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, VII. Anais. Salvador: UFBA/EA/NEPOL, 1997.

FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: UNICAMP – Imesp, 2001.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: Materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1996.

GAZZI, M. S. **A Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho como valor nas práticas de Responsabilidade Social Corporativa**. São Paulo: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAC, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

HART, S. L.; MILSTEIN; M. B. **Criando valor sustentável**. RAE Executivo, v. 3, n. 2, p. 66–79, maio/jul 2004.

HOURNEAUX et al, **A Gestão Ambiental nas Indústrias Brasileiras: Um Estudo de caso**. São Paulo: VII SEMEAD, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010: 11,4 milhões de brasileiros (6,0%) vivem em aglomerados subnormais**

JÄNICKE, M. **Ecological modernisation: new perspectives**. Journal of cleaner production, v.22, p.557-565, 2007.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

LAITMAN, M. **Garanta Sua Saída da Crise: Como Você Pode Sair Forte da Crise Mundial**. Toronto: Laitman Kabbalah Publishers, 2009.

LIMA-ANDRADE, J. R. **Uma estratégia alternativa de desenvolvimento regional: o turismo no Estado de Sergipe**. Curitiba: UFPR, 1997.

LLORENS, F. **Desenvolvimento econômico local**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Trad. Lessa, Sérgio e Castanheira, Paulo César. Rio de Janeiro: Boitempo, 2002.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente. A gestão Ambiental em foco. Doutrina. Jurisprudência. Glossário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MINAYO, C. **O Desafio do Conhecimento**. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco; 1996.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**; trad. Jacobina, Eloá. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MUNCK, L. ; SOUZA, R. B. **Desenvolvimento sustentável ou modernização ecológica? Uma análise exploratória**. Serviço Social em Revista, v. 12, n. 2. 2010.

PASCOWITCH, J. ; BORBA, M. R. M. . **Os Princípios do Equador**. Gazeta Mercantil, São Paulo, p. 3 - 3, 07 ago. 2006.

PASSMORE, J. **Atitudes frente à natureza**. Revista de Geografia. Recife: UFPE/DCG, v.11, n.2, jul./dez. 1995.

PEÑA-ALFARO, A. A. **Cristo, O Amigo do Homem**. Olinda: Livro Rápido, 2010.

PEREIRA, L. G. **Síntese dos Métodos de Pegada Ecológica e Análise Emergética para Diagnóstico da Sustentabilidade de Países o Brasil Como Estudo de Caso**. São Paulo: Universidade de Campinas, 2008.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Arredores do Recife**. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2001.

PIAGET, J. **Problemas gerais da investigação interdisciplinar e mecanismos comuns**. Tradução Maria Barros. Paris: Bertrand, 1970.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

REVISTA PROFI. Banco do Brasil, ano VIII, nº 30, Brasília, 2005.

RIBEIRO, M. S. **Custeio das atividades de natureza ambiental**. São Paulo. Tese, Universidade de São Paulo, 1998.

RIST, G. **The History of Development**. Londres: Zed Books, 2002.

SANTOS, M. ; SILVEIRA, L. M. **O Brasil, Território e sociedade no início do século XXI**. 12º Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAQUET, M. A. SOUZA, E. B. C. (Orgs) **Leituras do Conceito de Território e de processos espaciais**. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHMIDT, A. **El concepto de naturaleza en Marx**. Trad. Pietro, Eduardo e Pietro, Julia. Madrid: Siglo Veintiuno de España, SA, 1977.

SILVA, C. A. B. ; SILVA, L. J. A. **A difícil relação homem versus natureza: o caminho da sustentabilidade para um desenvolvimento sustentável**. Educação Ambiental em Ação, v. 39, p. 01-02, 2012.

SILVA, E. L.; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Santa Catarina: UFSC, 2005.

SILVEIRA, K. A. **Conflitos Socioambientais no CIPS (Pernambuco Brasil): O caso das comunidades rurais do entorno das barragens do Bita e Utinga**. Pernambuco: UFPE, 2010.

SOUZA-LIMA, J. E. ; OLIVEIRA, G. B.. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável**. Revista da FAE, Curitiba, 2003.

SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Boletim Conjuntural Nordeste do Brasil. Anual de Economia do Nordeste**. Recife, 2000.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste**. Recife: SUDENE, 2011.

TOFFLER, A. **A terceira onda: a morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TRIGUEIRO, A. Org. **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VIOLA E. J.; REIS, H.R. **Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional; o papel organizador do ecologismo** In: Leis, Hector (org) Ecologia e política mundial. Rio de Janeiro, Vozes, 1991.

ZAPATA, T. **Marco conceitual do Desenvolvimento Regional Sustentável**. Brasília: Banco do Brasil, 2007.

Consulta a sítios de internet

BANCO BRADESCO. Disponível em: <http://www.bancodoplaneta.com.br/site>. Acessado em: 02/03/2012.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anuual_2011/Imagens/02_01_Mapaeestrategico.jpg. Acessado em: 02/03/2012.

BANCO DO BRASIL. Cartilha DRS, 2006. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/sitesp/sustentabilidade/dwn/CartilhaDRS.pdf>. Acessado em: 12/01/2011.

BANCO DO BRASIL. O que é DRS, 2012. Disponível em: <http://www.bb.com.br/portalbb/page3,8305,8369,0,0,1,6.bb?codigoNoticia=4570&codigoRet=3867&codigoMenu=14235>. Acessado em: 08/01/2012.

BANCO DO ESTADO DA AMAZÔNIA. Disponível em: http://www.basa.com.br/bancoamazonia2/pj_financiamento_fno_rural.asp. Acessado em: 02/03/2012.

BANCO DO NORDESTE. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/meio_ambiente/acoes/gerados/tematico_meio_ambiente.asp. Acessado em: 03/12/2011.

BANCO ITAU. Disponível em: http://ww2.itau.com.br/sustentabilidade/_/no-seu-dia-a-dia/sustentabilidade-na-pratica/cases.aspx?pagina=case-ecomudanca. Acessado em: 02/03/2012.

BANCO SANTANDER. Disponível em: <http://sustentabilidade.santander.com.br/bancodepraticas/Categorias.aspx?ctg=Educa%C3%A7%C3%A3o>. Acessado em: 02/03/2012.

BANDEIRA, M. O Bicho. Rio de Janeiro, 1947. Disponível em: <http://literaturaemcontagotas.wordpress.com/2008/11/25/o-bicho-de-manuel-bandeira/>. Acessado em: 07/01/2012.

BM&FBOVESPA. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/índices/ResumoIndice.aspx?Indice>. Acessado em: 23/03/2012.

BRUR, K. **Presentation Green Agenda Hamburg Germany**. 2012. Disponível em: <http://blogkejorabrur.blogspot.com.br/2012/04/presentation-green-agenda-hamburg>. Acessado em 03/06/2012.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/melhores_praticas_index.asp. Acessado em: 02/03/2012.

CARTA DO CHEFE SEATTLE. Disponível em: <http://www.geomundo.com.br/sala-de-aula-10124.htm>. Acessado em: 23/ 05/2012.

CASTRO, J. de. **A Ciência a Serviço do Desenvolvimento Econômico**, publicado na revista **Tiers Monde**, vol. V nº 20, outubro-dezembro de 1964, Paris. In: **Fome, Um Tema Proibido**. Última Edição Civilização Brasileira, 2003. Org: Anna Maria de Castro. Recife: 2002. Disponível em: <http://www.josuedecastro.com.br/port/desenv.html>. Acessado em: 01/05/2010.

CHAMORRO. **El Marketing Ecológico**, 2001. Disponível em <http://www.5campus.org/leccion/ecomarketing>. Acessado em: 11/11/2010.

ELKINGTON, J. **Verde de mentira**. Revista Época Negócios, ed. 7, Set. 2007. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,EDG>. Acessado em 21/04/2012.

FARIAS, C. A. **AS NOSSAS NECESSIDADES E OS NOSSOS DESEJOS**. BOLETIM ELETRÔNICO SEMANAL – BES, 2007. Disponível em: http://www.merkatus.com.br/10_boletim/112.htm. Acessado em 14/05/2012.

FOLADORI, G. **O Capitalismo e a Crise Ambiental**. 1999 Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_42.pdf. Acessado em: 02/04/2011.

GONÇALVES, J. **CARTA DA TERRA - A "Bíblia" do Meio Ambiente, 2011**. Disponível em <http://www.movimentodasartes.com.br/joseantonio/download/Cartadaterra.pdf>. Acessado em: 22/01/2012.

GRI. *Global Reporting Initiative*. Disponível em <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>. Acessado em: 13/03/2012.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1400/o_instituto_ethos/o_uniethos/o_que_fazemos/cursos/relatorio. Acessado em: 13/03/2012.

LEMOS, H. M. **Competitividade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social Corporativa**, 2003. Disponível em <http://www.institutodopvc.org>. Acessado em: 21/12/2011.

MELLO, S. **Responsabilidade social corporativa e sustentabilidade: longevidade à empresa cidadã**, 2003. Disponível em <http://www.ecoviagem.uol.com.br>. Acessado em: 22/01/2011.

OLIVEIRA, O. J. D. ; RIBEIRO, S. M. **OS PRINCÍPIOS DO EQUADOR E A CONCESSÃO DE CRÉDITO SÓCIO AMBIENTAL**. Anais do 5º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos82008/an_resumo.asp?. Acessado em: 12/02/2011.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)**. Disponível em: <http://www.objetivosdomilenio.org.br>. Acessado em 20/04/2012.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/>. Acessado em 21/03/2011.

PRADO. **Análise crítica sobre o ensino da educação ambiental**, 2003. Disponível em <http://www.cienciaonline.org>. Acessado em: 14/05/2012.

SINGER, P. **Desenvolvimento solidário: significado e estratégia**. São Paulo: USP, 2004. Disponível em: www.itcp.usp.br/drupal/node/212. Acessado em 01/06/2012.

VARADARAJAN. **Marketing Ecológico**, 1992. Disponível em <http://www.unifran.br/marketingecologico>. Acessado em: 18/01/2010.

VIEIRA, F. A. C. **Meio ambiente e homem: um olhar marxista**. 2007. Disponível em: http://www.historiagora.com/dmdocuments/Meio_ambiente_e_homem.pdf. Acessado em: 30/03/2012.